

CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: POLÍTICAS E VIVÊNCIAS

Em 1964, foi instaurada no Brasil uma ditadura militar¹, justificada pelo perigo comunista que estaria rondando o país, uma vez que o governo de João Goulart se aproximava de algumas demandas sociais, o que amedrontava e causava verdadeiro pavor nos setores conservadores da sociedade brasileira, mesmo não sendo esse, de fato, um governo comunista. Mas, foi com a justificativa de afastar do país a ameaça do comunismo que o presidente João Goulart foi deposto e os militares tomaram o poder.

A instauração do regime militar, no Brasil, significou a tentativa de silenciar várias reivindicações da sociedade brasileira, entre elas a reforma agrária. Havia vários movimentos de luta pela terra e, sendo o campo um setor importante da economia, era necessário conter esse processo reivindicatório.

O período em que o Brasil foi comandado por governos militares foi um momento de grande intervenção estatal no meio rural, objetivando a transformação das atividades agrícola e pecuária, tornando-as altamente produtivas e rentáveis, o que se fez às custas da concentração fundiária e da expulsão de milhares de trabalhadores rurais do campo, por meio de uma política agrícola excludente que beneficiou determinados grupos de produtores.

A tônica da ação governamental no que diz respeito ao campo passou a ser a necessidade de modernizá-lo, de transformá-lo² e, assim, o intuito não era fazer reforma agrária, mas sim, modificar as bases técnicas da produção agrícola e pecuária e, assim, aumentar a produção e a produtividade.

É nesse sentido que a “modernização” do campo brasileiro é qualificada como “dolorosa” e “conservadora” por alguns estudiosos do tema, na medida em que o interesse era transformar a base técnica da atividade agrícola e pecuária mantendo

¹ Sobre esse período da história brasileira Cf., por exemplo, BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1998, 125p; REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 84p; MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 4ªed. São Paulo: Editora Ática, 1996, 110p.

² O Jornal Correio de Uberlândia traz uma série de reportagens sobre o meio rural brasileiro e a necessidade que se colocava, naquele momento, de modificá-lo. Nesse sentido, cf., por exemplo, Problemas agrários. **Jornal Correio de Uberlândia**, 22-23/11/1968, p.03; estímulos à produção agrícola, **Jornal Correio de Uberlândia**, 14/08/1969, p.06; Desenvolvimento agrícola vai integrar população brasileira. **Jornal Correio de Uberlândia**, 15/01/1970, p.04; Efeitos da ajuda racionalizada. **Jornal Correio de Uberlândia**, 26/04/1970, p.04; Govêrno oferece à lavoura mais de 20 tipos de empréstimos. **Jornal Correio de Uberlândia**, 27/08/1970, p.04; A revolução no campo. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/10/1970, p.03.

intocada a estrutura fundiária³. Modernizar o campo significava, então, aumentar a produção e a produtividade mediante a inserção de novas tecnologias, tais como tratores e colheitadeiras, e ainda a utilização de adubos, sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos de solo etc., inserindo o campo num modelo de sociedade moderna e dinâmica que estava sendo proposto naquele momento.⁴

Ao Estado cabia conduzir a economia e permitir a inserção cada vez maior do capital no campo e é aí que tem lugar a política agrícola implementada pelos governos autoritários, via crédito rural, política de preços mínimos, incentivo à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

O plano que dá prioridade à defesa da agricultura em nosso país; está praticamente acionando os nossos técnicos no assunto, para que este gigantesco plano de ação tenha sua esperada eficiência no setor agrícola. Bem sabemos que a posição da agricultura é sustentada pela estatística que aponta como contribuidora de 50% para a formação da Renda do nosso País. Ainda há pouco o governo houve por bem anunciar, através do setor da Agricultura do Ministério do Planejamento, que dará prioridade incondicional à assistência na zona rural.⁵(grifos meus).

Desta forma, é propagado pelos governos militares o incentivo à atividade agrícola, devido à importância que ela tinha, naquele momento, como setor fundamental para o desenvolvimento econômico do país: “*Bem sabemos que a posição da agricultura é sustentada pela estatística que aponta como contribuidora de 50% para a formação da Renda do nosso País.*”

O Estado teve, então, um papel importante na transformação do meio rural brasileiro, sendo o seu grande incentivador, levando ao homem do campo esse novo conceito de campo que precisava surgir: moderno, capaz de gerar lucros e fazer o país crescer. Desse modo, foi grande o número de propagandas difundidas pelos governos autoritários a fim de disseminar esse ideário progressista e transformador do meio rural brasileiro.

³ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica. 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997, p.174-175.

⁴ Ibidem, p.78.

⁵ Assistência na zona rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 7-8/11/1967, p.3.

ALIMENTE ÊSTE PAÍS E ENGORDE O SEU BÔLSO.

PREÇOS MÍNIMOS PARA A REGIÃO CENTRO-SUL

PRODUTO	70/71	71/72	ACRÉSCIMO %
ALGODÃO - Caroto (15 Kg)	10,30	12,00	42,8
Algodão - Pluma (15 Kg)	30,80	44,00	42,8
AMENDOIM (25 Kg)	9,97	13,00	30,4
ARROZ - R. G. Sul (50 Kg)	18,52	22,50	21,5
Arroz - Góias (50 Kg)	16,26	22,50	23,2
FEIJÃO - Preto (50 Kg)	19,83	23,00	13,0
Feijão - Branco e cores (50 Kg)	31,21	40,00	28,2
GRASSOL (40 Kg)	-	13,05	-
MAMONA (50 Kg)	30,27	32,30	10,0
MANDIOCA - Raiz (50 Kg)	1,73	3,15	80,0
Mandioca - Farinha (50 Kg)	7,30	13,00	78,1
MILHO (50 Kg)	11,00	13,50	22,7
SOJA (50 Kg)	17,11	25,00	46,1
SORGO (50 Kg)	-	10,80	-

Oss. : Esta tabela de preços mínimos aprovada pelo Conselho Monetário Nacional sofre ligeiras variações regionais. Informe-se nas agências do Banco do Brasil.

Na ABCAR, você recebe toda orientação que precisa, do plantio à colheita, e não paga nada por isso.

E se o problema for o preço baixo que oferecem por sua safra, não venda. Conheça os preços mínimos do Governo para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, trigo, farinha de mandioca e mamona.

Se você tiver recebido proposta melhor que a do Governo, ótimo. Mas nunca deixe por menos. O Governo está fazendo tudo isto pra' você encher o bôlso.

Pra' você alimentar no Brasil mais de 90 milhões de bôcas. Ou até mandar seus produtos para o resto do mundo.

**PLANTE
QUE O GOVÊRNO
GARANTE**

Plante mais.
Melhore a produtividade de sua lavoura, comprando mais adubo, sementes, fertilizantes, corretivos de solo, implementos agrícolas, máquinas.

Contrate mais mão-de-obra, construa.
Se o seu problema é dinheiro peça financiamento ao Banco do Brasil e aos bancos particulares.

Use o seu crédito. Você paga a longo prazo, com juros baixos.
Plante melhor.

Figura 02: Alimente êste país e engorde o seu bôlso, **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/08/1971, p.03.*

* “Plante mais.

Melhore a produtividade de sua lavoura, comprando mais adubo, sementes, fertilizantes, corretivos de solo, implementos agrícolas, máquinas. Contrate mais mão-de-obra, construa.

Se o seu problema é dinheiro peça financiamento ao Banco do Brasil e aos bancos particulares.

Use o seu crédito. Você paga a longo prazo, com juros baixos.

Plante melhor.

Na ABCAR, você recebe toda orientação que precisa, do plantio à colheita, e não paga nada por isso.

E se o problema for o preço baixo que oferecem por sua safra, não venda.

Conheça os preços mínimos do Governo para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, trigo, farinha de mandioca e mamona.

Se você tiver recebido proposta melhor que do Governo, ótimo. Mas nunca deixe por menos.

O Governo está fazendo tudo isto pra' você encher o bôlso.

Pra' você alimentar no Brasil mais de 90 milhões de bôcas.

Ou até mandar seus produtos para o resto do mundo.”

Analisando essa propaganda, acredito que seja importante partir da frase que vem no canto direito ao final do anúncio: *Plante que o govêrno garante.*⁶ Essa frase indica a

⁶ Essa frase está presente também em outras propagandas: Homem forte do governo. **Jornal Correio da Uberlândia**, 08/08/1971, p.07; Use êste adubo. **Jornal Correio da Uberlândia**, 15/08/1971, p.07.

atuação do governo na atividade agrícola e mostra onde está essa atuação: no financiamento a juros baixos, na assistência técnica e na garantia de preços mínimos. Ou seja, na propaganda estão presentes os principais mecanismos utilizados pelos governos militares para empreender a transformação do meio rural brasileiro. O governo estaria, então, fazendo a sua parte, pois ele “*está fazendo tudo isto pra você encher o bôlso*”, ele estaria cumprindo a sua obrigação e o produtor deveria cumprir a sua. Aí está um outro dado importante a ser levantado, que é o modo verbal empregado no texto da propaganda, o imperativo: plante, melhore, contrate, use, conheça, ou seja, o governo estaria proporcionando os meios para que o produtor se enriquecesse e cabia a ele atender ao chamado do governo.

Os objetivos da atuação dos governos militares, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, ficam, desta forma, muito claros, ou seja, a intenção era promover uma:

*[...] verdadeira revolução da economia agrária, abrangendo a modernização dos métodos de exploração do solo, a ampliação das áreas de cultura, a diversificação dos tipos de lavoura e o fomento dos vários ramos da pecuária, o que se conseguirá mediante o desenvolvimento das atividades de simples subsistência para abrir oportunidade para o advento de uma agropecuária de caráter empresarial, capaz de produzir em alta escala e atender permanentemente às solicitações do mercado interno e externo.*⁷ (grifos meus)

Nesse fragmento de uma coluna do *Jornal Correio de Uberlândia*, intitulada *Uma Gota de Política*, é possível perceber os pilares da ação intervencionista do Estado brasileiro no campo. Primeiramente, a própria noção de *revolução*, uma idéia que carrega uma concepção da necessidade de se modificar radicalmente uma situação. Que situação é essa? É a da utilização de métodos atrasados de exploração do solo, da pequena área plantada, enfim, uma situação que deveria, segundo essa concepção de revolução, ser transformada. A receita para isso está na seqüência do texto: “o desenvolvimento das atividades de simples subsistência para abrir oportunidade para o advento de uma agropecuária de caráter empresarial”, ou seja, substituir uma economia que predominava no campo brasileiro, a da subsistência, na qual os produtores cultivavam o que necessitavam, desde o arroz e o feijão, até o leite e a carne. Mas, na concepção de campo como empresa, esse tipo de economia era incompatível, pois o que deveria imperar eram as grandes culturas destinadas ao mercado.

Essa concepção da necessidade de transformar o campo foi amplamente disseminada na sociedade brasileira e um dos meios utilizados para isso foi o jornal.

⁷ Maior produção rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05/04/1974, p.02.

Nesse sentido, o jornal pesquisado, *Jornal Correio*, contribuiu muito na divulgação desse ideal de campo que estava sendo proposto pelos governos militares, sendo grande o número de reportagens que fazem a defesa da necessidade de transformação do campo. Considero emblemática uma dessas reportagens:

A fazenda deve ser levada a efeito como se fôsse um empreendimento econômico como outro qualquer, isto é, visar lucro. Um número elevado de propriedades rurais está ainda em fase de subsistência, ou melhor, sendo explorada com a finalidade exclusiva de alimentar os moradores da propriedade. Daí surge o baixo padrão de vida de uma porcentagem elevada de famílias rurais. Era comum, ou ainda se ouve de certos homens dizer que no “seu tempo” sua fazenda produzia de tudo, somente entrando na propriedade sal e querosene. De fato havia êste orgulho e uma certa razão para os argumentos destes homens, pois naquele tempo a propriedade teria que produzir de tudo, enquanto era mais difícil os meios de comunicação e as distâncias eram grandes para a comercialização. Hoje, com o passar dos tempos, as coisas mudaram...O homem rural não precisa produzir de tudo. As explorações tendem a ser mais reduzidas em número e mais específicas. As áreas rurais tendem a ser exploradas de uma maneira mais especializada, isto é, abrangendo um número menor de empreendimentos. Não importa que um fazendeiro venha comprar produtos agrícolas de outros lugares. O importante é que ele venha obter uma renda maior com certa exploração e que esta renda venha a ser tal que dê para a compra dos outros produtos com maior lucro para o proprietário. Então, uma propriedade rural deve ser encarada não como uma exploração de subsistência, e sim de auto suficiência, isto é, como um empreendimento lucrativo.”⁸(grifos meus)

O autor desse texto enfatiza aquilo que estava sendo colocado no momento, ou seja, que a propriedade agrícola precisava ser transformada, pois, caso contrário, as pessoas teriam baixa qualidade de vida, já que, segundo ele, as pessoas são pobres porque não aderiram ao projeto governamental e não transformaram sua propriedade num empreendimento lucrativo e, assim, têm um baixo padrão de vida. Logo, a propriedade que produz para a subsistência está no passado, “*naquele tempo*”, e deveria ser transformada num “*empreendimento lucrativo*”, o que requer a especialização e não a produção de tudo o que o homem do campo necessita.

Desse modo, o discurso difundido naquele momento era que a pequena produção agrícola era atrasada, improdutiva e mal conseguia se manter, logo, ela foi qualificada como negativa, pois não era capaz de atender aos objetivos do desenvolvimento econômico que se colocava naquele momento.⁹

⁸ A propriedade rural no Brasil. *Jornal Correio de Uberlândia*, 27-28/03/1966, p.4.

⁹ GONÇALVES, Múcio Tosta. Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória? *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n°29 e 30, jul-dez/2003, jan-jun/2004, p.35.

Nesse sentido, ganhou força uma visão dicotômica da realidade brasileira: atraso/modernidade. Era necessário superar o atraso em que viviam inúmeras propriedades rurais, imbuindo-as do sentido e da busca da modernidade:

A situação rural brasileira é bastante precária sob vários pontos de vista. As condições de vida da maioria das famílias deixam muito a desejar sob os pontos de vista de educação e saúde: grande porcentagem de analfabetos, grande índice de mortalidade infantil, baixa média de vida. Com tudo isso seria humanamente impossível que o nosso agricultor produzisse mais do que produz. Necessário seria um trabalho educacional de base. Um homem com melhores noções das dificuldades que o cercam procura vencê-la com técnica e dinamismo de acôrdo com as ferramentas colocadas em sua mão.¹⁰

Esse texto foi escrito por um engenheiro agrônomo que, na época, era supervisor da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), a qual teve um papel fundamental na “transformação do atraso rural brasileiro”, na medida em que, como o engenheiro salienta, era preciso educar o homem do campo, dando-lhe as ferramentas para que a sua vida pudesse ser modificada, tais como a assistência técnica, a mecanização e o crédito rural. Rita Maria Ribeiro de Carvalho, ao tratar de projetos de extensão rural implantados entre os anos de 1965 e fins da década de 1970, numa região de pequenos produtores no município de Passos-MG, afirma que: [...]“*atuando junto ao produtor rural, a extensão rural objetiva uma mudança nas relações capital/trabalho que conduza a uma exploração mais rentável da terra, do tempo e da força de trabalho da agricultor.*”¹¹

A extensão rural foi, dessa forma, um pilar importante na difusão de novas e modernas formas de plantar, de técnicas mais avançadas, de tecnologias aplicadas à atividade agrícola, além de ter sido uma estratégia de *hegemonia*, uma vez que a necessidade dessas mudanças era apresentada como a solução para os problemas do produtor e do país. Segundo Maria Sibeles Brasiense Portilho, Minas Gerais foi o estado brasileiro pioneiro na implantação de um sistema de extensão rural, que foi criado em dezembro de 1948. Diante de uma conjuntura de crise que o estado atravessava, tanto na agricultura quanto no setor industrial e em outros setores da economia, fez-se necessária uma intervenção do então governador do estado, Milton

¹⁰ Educação da juventude rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 30-31/1/1966, p.11.

¹¹ CARVALHO, Rita Maria Ribeiro de. **O pão cotidiano contra a grandeza da nação**: um estudo da produção e da disciplina entre pequenos produtores rurais. 306 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2001, p.14.

Campos, que governou Minas entre 1947 e 1951, a fim de promover a recuperação da economia mineira.¹²

O modelo de extensão rural implantado em Minas foi baseado no modelo estadunidense, uma vez que a ACAR surgiu de um convênio entre a AIA (American International Association for Economic and Social Development) e o governo de Minas Gerais.¹³

No início, a extensão rural ficou limitada ao crédito supervisionado e só na década de 1950 isso começou a mudar, com a ampliação do sentido da sua atuação para a propriedade rural como um todo, atentando, inclusive, para a família do produtor rural¹⁴, pois não bastava dar crédito, era preciso mudar os hábitos das pessoas.

O modelo de extensão rural surgido em Minas ampliou-se para o Brasil e, em 1956, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), que tinha como objetivo unificar o sistema de extensão rural no Brasil, sendo o órgão gerenciador dela e o responsável pela captação de recursos para financiar as atividades de extensão rural.¹⁵

Conforme Portilho, em maio de 1966, por meio do decreto nº58.382, foram reordenadas as atividades da ABCAR e assim, a atuação dela foi estendida para o grande produtor rural (até então, o foco era o pequeno e o médio produtor) e foi colocada em foco a modernização da agricultura brasileira. O foco deixou de ser o pequeno produtor por uma razão muito clara: ele não era capaz de dar respostas satisfatórias ao objetivo de modernização do meio rural brasileiro.¹⁶

Em novembro de 1975, a ACAR foi transformada na EMATER e a coordenação do sistema de extensão rural ficou a cargo da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).¹⁷

Seja ACAR ou EMATER, o sentido da extensão rural no Brasil está muito claro. Ela teve um papel educativo na tentativa de transformar a mentalidade do homem do

¹² PORTILHO, Maria Sibele Brasiliense. **Extensão Rural**: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFU/Uberlândia, 1998, p.37.

¹³ Cf. Uma herança de Rockefeller: ACAR – 20 anos de progresso. **Jornal Correio de Uberlândia**, 17/06/1969, p.03.

¹⁴ PORTILHO, op. cit., p.39.

¹⁵ Ibidem, p.02.

¹⁶ Ibidem, p.57-58.

¹⁷ A EMBRATER foi extinta em 1991 e a partir daí a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) assumiu a coordenação da extensão rural que, posteriormente foi transferida para o Ministério da Agricultura. Pelo decreto nº4.739, de 13 de junho de 2003, essas atividades passaram a cargo do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

campo, inculcando-lhe novos valores, que são a racionalidade técnica, o aumento da produção e da produtividade e a necessidade de revolucionar a base técnica das atividades agrícola e pecuária.

Esse papel da extensão rural brasileira foi amplamente difundido. No *Jornal Correio*, é grande a quantidade de matérias falando da extensão rural¹⁸, do seu papel, e também existia nesse jornal, na década de 1960, uma coluna intitulada *Coluna Agrícola*, na qual técnicos extensionistas da ACAR escreviam e davam sugestões ao homem do campo sobre como trabalhar a terra, como cuidar dos filhos, da casa, entre outros temas¹⁹. Pela apreciação dos temas tratados nessa coluna, já se tem uma idéia que a atuação da extensão rural vai além da esfera produtiva do meio rural, pois existia uma interferência na vida privada dos sujeitos. Tal atuação se dava também por meio da assistência técnica, do crédito rural e do bem-estar social e aí reside e se justifica a intervenção na vida da família rural.

O papel que a extensão rural teve no Brasil – e acredito que ainda tem, embora hoje a situação e os objetivos possam ser outros – é muito claro:

*De um modo bem genérico, podemos dizer aos amigos que a Extensão Rural é um trabalho educativo que visa principalmente o desenvolvimento, através de reuniões demonstrativas, cursos, excursões, visita e palestras. A extensão rural preocupa-se principalmente com a realização de um trabalho sócio-econômico de caráter educativo e global. Procura orientar os ruralistas de modo a aumentar o grau de inspiração da família rural, elevando o nível social e educativo da família, através do melhor aproveitamento dos recursos da propriedade rural, com a introdução da tecnologia moderna, que é sem dúvida fator da maior produtividade. Assim a família que teve sua renda aumentada, através do aumento de produção e produtividade, tem possibilidade de atingir um melhor nível social quer seja nas condições de conforto do lar, quer seja nos aspectos, saúde, educação e alimentação.*²⁰(grifos meus)

Eustáquio Ferreira dos Santos, engenheiro agrônomo da ACAR-MG, é o autor dessas palavras que definem o papel da extensão rural, ou seja, um trabalho educativo, embora informal, que objetivava aumentar o “*nível social e educativo da família*”, aproveitando de forma mais adequada os recursos que a propriedade rural oferecia e

¹⁸ Cf. O que se espera da extensão rural. *Jornal Correio de Uberlândia*, 20-21/10/1964, p.04; A ACAR, o que é e como trabalha. *Jornal Correio de Uberlândia*, 26-27/04/1968, p.03.

¹⁹ Cf. A horta doméstica enriquece e barateia a alimentação. *Jornal Correio de Uberlândia*, 13-14/02/1966; “Alimentação natural” e “Menores lucros com milho mal armazenado”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 01-02/05/1966; “Não deixe a água carregar a sua terra”, “Fertilidade já é pouca” e “No mundo da criança”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 24-25/05/1966; Cuidados especiais para assegurar-lhe uma boa saúde. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05-06/06/1966; “Causas da pequena produção agrícola” e “Conselhos aos pais sobre a educação das crianças”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/06/1966; “Evite prejuízos da seca com capineira” e “Cuide melhor da higiene de seu quarto e tenha melhor saúde”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28-29/06/1966.

²⁰ Extensão rural e crédito educativo. *Jornal Correio de Uberlândia*, 19/09/1969, p.04.

introduzindo a “*tecnologia moderna*”, o que aumentaria a renda familiar. Observando atentamente a sequência como as coisas são colocadas no texto, é possível inferir que a atuação da extensão rural está em perfeita sintonia com aqueles que são os objetivos da “modernização” da agricultura como um projeto governamental, pois o fim último é a obtenção de lucros, o aumento da renda, via aumento da produção e da produtividade. O autor argumenta que, com o aumento da renda, seria possível obter maior conforto para a família, mas, como lembra Portilho, o [...]“*bem-estar social, está vinculado apenas à melhoria das condições materiais de vida do homem do campo.*”²¹ Nesse sentido, assim como afirma essa autora, o [...]“*bem-estar social não é encarado como processo possível e conquistado, que propicia efetiva autonomia, emancipação socioeconômica e política do homem do campo.*”²²

Segundo Portilho²³, o processo de difusão das idéias modernizadoras pela extensão rural no Brasil centra-se na necessidade de aplicação de novas tecnologias no campo para melhorar a renda e, conseqüentemente, promover o bem-estar das famílias e, assim, não se tocar na estrutura fundiária, pois não seria necessário, dentro dessa ótica, já que a vida do homem do campo estaria melhorando. Logo, para que fazer reforma agrária?

Portilho aponta como a atuação da extensão rural no Brasil traz em seu bojo uma:

*[...] visão da própria instituição como apolítica e democrática, serve para construir a representação social de que ela estaria pairando acima dos conflitos sociais. A instituição seria neutra, portanto, não estaria atendendo a outros interesses que não fossem os do homem do campo. Tal postura facilitaria a penetração e aceitação da ação extensionista como democrática e apenas de caráter orientador, mascarando a interferência e a possibilidade de controle social.*²⁴

O discurso proferido pelos técnicos da extensão rural se coloca como autorizado²⁵, aquele que pode falar sobre o campo e sobre as necessárias transformações nele, pois estas se fazem em nome dos benefícios que traz ao homem do campo. Além disso, esses técnicos teriam competência e formação profissional, uma vez que, seja a ACAR ou a EMATER, tem em seu quadro de funcionários engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, médicos veterinários, ou seja, profissionais com autoridade para falar sobre o campo porque o conhece e sua intenção é melhorar a vida das famílias rurais.

²¹ PORTILHO, op. cit., p.118.

²² Ibidem, p.119.

²³ Ibidem, p.01.

²⁴ Ibidem, p.55-56.

²⁵ Ibidem, p.20.

No entanto, a forma como esse saber competente é colocado promove a desqualificação do saber da experiência, imprime ao pequeno produtor rótulos pejorativos e se constrói em torno dele uma representação social que o denomina como carente: [...]“*de informações, de nutrição, de saúde, de solidariedade.*”²⁶

A fim de educar o homem do campo nos valores modernos, uma das estratégias utilizadas foi a atuação junto à juventude rural, concretizada nos CLUBE-4S²⁷:

*O serviço de Extensão Rural, como sendo um trabalho educacional não pode deixar de lado a juventude. Em todos os municípios onde atua, a ACAR procura formar clubes 4-S. A cada dia surge um novo recordista. Executando o seu projeto individual o jovem pode se tornar um campeão regional ou nacional a qualquer momento. O mais importante é que o jovem acaba influenciando o pai e os vizinhos levando-os a adotarem práticas racionais de cultura e criação. O clube 4-S tem uma Diretoria própria, eleita pelos seus membros. Através dela os jovens tornam-se aptos para dirigirem reuniões, formarem grupos, estudaram e resolverem problemas da comunidade e outras coisas de real importância.*²⁸

Os CLUBE-4S²⁹ eram formados por jovens entre 15 e 24 anos e, como se pode perceber pelo fragmento acima, escrito por um engenheiro agrônomo da ACAR-RJ, o objetivo de atuar junto à juventude é no sentido de que ela está mais aberta à mudança, a novas experiências, idéias e valores e, assim, constrói um rótulo, mais especificamente para os pequenos produtores, como aqueles que são conservadores e que não estão dispostos a mudar.

A extensão rural, para além de sua carga de valores ideológicos e da disseminação de idéias relativas à produção agrícola, teve e ainda tem um papel importante junto aos produtores rurais, já que a assistência dada aos produtores tem grande valor, principalmente para os pequenos que não precisam pagar por ela. Nesse sentido, as falas desses produtores têm muito a dizer sobre essa importância, pois, além do significado que a presença do técnico tem na execução da atividade rural dos produtores, orientando no plantio, no trato com as culturas e na colheita, eles ainda estabelecem com esses uma relação de amizade, de confiança, expressa por meio das falas desses produtores.

A Emater?

A Emater dá assistência, é.

Assistência técnica?

²⁶ FONSECA, apud PORTILHO, op. cit. p.49.

²⁷ Hino Clube-4S: “Clubes 4-S do Brasil, / Jovens com vontade de SERVIR, / Nossa bandeira é o trevo da sorte, / Emblema do nosso SENTIR! / SAÚDE e trabalho com muito SABER, / Cabeça erguida e olhando pra frente, / Faremos o Brasil crescer.”

²⁸ Educação da juventude rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 30-31/01/1966, p.11.

²⁹ Cf. Nasce mais um Clube 4-S em Uberlândia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 08-09/05/1966, p.5. A reportagem fala do surgimento do Clube 4-S no distrito de Martinésia.

É, é, tem o técnico agrícola, então ele acompanha, isso aí é só chamar. Não é todos que ele visita não, alguns que tem financiamento, alguma coisa assim, então eles tá constante, né, mais a gente que não tem o financiamento, é só chamar vem.

Eles não cobram pela assistência?

*Não, não cobra não.*³⁰

Seu Duarte, 51 anos, produtor rural do distrito de Martinésia que vive na propriedade de seu sogro, com 48 alqueires, há 26 anos, coloca algumas questões para serem discutidas com relação à assistência prestada pela EMATER. Segundo ele, a EMATER atende bem os produtores rurais, pois, mesmo aqueles que não têm financiamento são assistidos por ela e com uma grande vantagem: o atendimento não é cobrado.

Estabelece-se entre os técnicos extensionistas e os produtores rurais uma relação de confiança e, às vezes, até mesmo de amizade, que acredito ser em função do próprio tipo de atuação que a extensão rural exerce, agindo tanto no que diz respeito à produção agrícola, quanto em outras questões, como orientações sobre a vida no campo, em casa, além da organização de festas e cursos, na busca de melhorias para o distrito de Martinésia, por exemplo.³¹

Seu Argentino Gomes de Melo, 72 anos, natural de Estrela do Sul, proprietário de 10 alqueires em Martinésia desde o início da década de 1970, traz em sua fala esse traço marcante da relação de amizade que se dá entre os técnicos e os produtores rurais:

E a EMATER, o senhor já pediu assistência técnica?

Não, uai, nesse tempo que eu tô de falando que eu tocava lavoura eles é que fazia os projeto, lá na EMATER, turma lá tudo amigão meu, lá na EMATER.

O senhor acha que eles atendem bem?

*Nossa, dos mió, é gente fina todo tanto, só que a maior parte lá já aposentou tudo, os conhecido mesmo, mais ali é gente boa demais, ichi.*³²

Seu Argentino, com certeza, não é o único produtor rural a estabelecer essas relações de amizade com os técnicos extensionistas, uma vez que o papel que esses técnicos exercem na vida desses produtores é de fundamental importância para que eles continuem produzindo. No caso do Seu Argentino, esses laços de amizade se desfizeram em virtude de que aqueles com quem ele se relacionava na época em que plantava já não estão mais lá e, também, hoje ele não planta mais, o que dificulta a

³⁰ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

³¹ Cf. ACAR faz trabalho em Martinésia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 12/10/1970, p.5.

³² Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

construção de novos laços de amizade com os atuais técnicos, já que ele recorre pouco ao sistema de extensão rural.

A extensão rural no Brasil, ao final da década de 1970, voltou a ter como foco o pequeno produtor rural. Na prática, o que acontece hoje é que o público alvo da extensão rural são os pequenos proprietários que têm assistência gratuita, no entanto, os médios e grandes produtores também são atendidos por esse sistema, mas como a diferença de que, para eles, ela é cobrada.

O sistema de extensão rural é fundamental para os pequenos produtores rurais, pois ela é a forma, talvez mais eficaz, que eles têm para receber orientações sobre plantio, colheita, pragas, defensivos, fertilizantes, enfim, sobre tudo aquilo que diz respeito à atividade agrícola e com a vantagem de não ter que pagar por essa assistência.

Hoje, se coloca uma nova dimensão à ação da extensão rural, a qual está estampada num cartaz no escritório local de Uberlândia: “*Promover o Desenvolvimento Sustentável, através da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira.*” (grifos meus)

Uma das questões fundamentais que se colocaria à extensão rural, hoje, seria o desenvolvimento sustentável, entretanto, é preciso lembrar que o discurso da necessidade de preservação ambiental foi sendo paulatinamente incorporado e apropriado pelo sistema capitalista. Logo, o desenvolvimento sustentável deve ser feito dentro da lógica desse sistema, ou seja, mantendo os lucros e favorecendo determinados grupos sociais e, assim, não se toca na estrutura desigual desse sistema e nem se promove o desenvolvimento social.

Elder Andrade de Paula, ao tratar de estratégias de desenvolvimento no estado do Acre, colocando em questão a “sustentabilidade” dessas intervenções, mostra como o que fica evidente

*[...] na construção do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ adotado pelo Banco Mundial – definido sinteticamente como ‘aquele que dura’ – é a passagem das preocupações relativas à conservação da natureza para aquelas voltadas para assegurar o crescimento.*³³

Assim, é o aspecto econômico que acaba prevalecendo em muitas das experiências de desenvolvimento sustentável executadas, logo, esse autor chama a atenção para o fato de que [...]“*tal como a ‘democracia’, o ‘desenvolvimento*

³³ PAULA, Elder Andrade de. Introdução. Enigmas do “desenvolvimento sustentável”: a natureza mercantilizada. In: _____. **(Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco: EDUFAC, 2005, p.278.

sustentável’ acabou constituindo-se numa unanimidade, contra a qual ninguém se posiciona.”³⁴ e também que há [...]“*diferentes formas de materialização concreta.*”³⁵ Dessa forma, torna-se necessário tomar cuidado com generalizações e com posicionamentos acríticos frente a estratégias que dizem ser de “desenvolvimento sustentável”, pois elas podem ser, na verdade, formas de promover a insustentabilidade, ao estarem, em grande parte, vinculadas à lógica do capital³⁶. Assim, o fato de o desenvolvimento sustentável estar presente na missão da extensão rural não significa uma preocupação com a natureza, e sim, uma preocupação com relação aos lucros que ela deve continuar gerando, ou seja, preservar a natureza só tem sentido se for para que ela continue dando lucros.

As conseqüências ambientais do tipo de atividade agrícola e pecuária implantada com o incentivo do Estado brasileiro não foi a única questão social gerada por esse tipo de atividade pautada pelo lucro. Decorridas algumas décadas da instauração do regime militar no Brasil e da sua atuação no campo, sabe-se que a proclamada [...]“*prioridade incondicional à assistência na zona rural*”³⁷ não foi tão prioritária assim em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento social da população rural brasileira que não aconteceu. Basta olhar para a intensa migração campo-cidade desencadeada nesse momento e também para o empobrecimento dos trabalhadores rurais.

Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, na década de 1960, mais da metade da população brasileira vivia no campo, quadro esse que se modificou e, já na década de 1980, pouco mais de 30% da população ainda vivia no campo³⁸, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 01: Brasil, população total (1960, 1970, 1980)

ANO	URBANA	RURAL	URBANA %	RURAL %
1960	31.303.034	38.767.423	44,67%	55,33%
1970	52.084.984	41.054.053	55,92%	44,08%
1980	80.436.409	38.566.297	67,59%	32,41%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1990, p.67.

³⁴ PAULA, op. cit., p.278.

³⁵ Ibidem, p.278.

³⁶ “Na Amazônia, a exemplo do que ocorre em outras regiões do mundo, os critérios de ‘sustentabilidade’ só são assimiláveis pelo núcleo dominante do capital se subordinados à sua lógica.” PAULA, op. cit, p.314.

³⁷ Assistência na zona rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 7-8/11/1967, p.3.

³⁸ GONÇALVES NETO, op. cit., p.23.

Como se pode perceber, houve uma mudança na distribuição da população brasileira, pois ocorreu um intenso processo de migração campo-cidade. Para se ter uma dimensão desse fenômeno social, a população do município de Uberlândia em 1950 constituía-se da seguinte forma, segundo Pessôa³⁹, com base nos Censos Demográficos: num total de 54.984 habitantes, 36,6%, ou seja, 20.118 habitantes, viviam na zona rural e 63,4%, 34.866 pessoas viviam na cidade. Na década de 1980, a população desse município já somava 241.180 habitantes, sendo 231.808 residentes na zona urbana e 9.372 na zona rural, ou seja, 96,2% da população uberlandense já vivia na cidade e só 3,8% no campo. Houve, então, uma grande transformação da configuração populacional, que passou a ser predominantemente urbana.

Os distritos do município de Uberlândia também vivenciaram esse processo de expulsão do homem do campo, conforme pode ser observado na tabela 02⁴⁰:

Tabela 02: Município de Uberlândia, população dos seus distritos (1950, 1960, 1970, 1980)

DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1950	1960	1970	1980
Cruzeiro dos Peixotos	3.463	3.065	2.054	1.170
Martinésia	3.086	2.095	2.089	930
Miraporanga	2.568	2.293	2.297	1.913
Tapuira	3.057	1.934	1.634	1.607

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980.

Esse processo de expulsão e saída do homem do campo é analisado por Dona Carmem como algo que modificou a vida naquela região, pois ela se lembra das festas que eram realizadas com frequência nas fazendas, chamadas de pagodes, e que não acontecem mais, daí o tom de tristeza com que ela faz essa reflexão:

*Agora nem pagode não tem mais, porque hoje em dia a zona rural ficou muito sem movimento, os fazendeiro mudou tudo, venderam, né? Naquela região nossa lá tem muito pouca gente, os fazendeiro que tinha, os antigo, já mudou tudo. Vai mudando, uns aluga, outros vende.*⁴¹

³⁹ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 164f. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UNESP/Rio Claro, 1982, p.30.

⁴⁰ É preciso lembrar que os dados da tabela 02 referem-se à população total dos distritos, ou seja, à soma dos moradores da área rural e da urbana, pois só é possível obter os números da população rural e urbana, separadamente, a partir de 1991. Entretanto, acredito que esses dados podem levar à conclusão de que houve uma queda da população rural nesses distritos, tendo em vista que, como dito anteriormente, essa população faz parte desses dados.

⁴¹ Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

Dona Carmem, 67 anos, nasceu na zona rural do distrito de Martinésia e, após se casar, continuou morando nessa região por 43 anos. Há quatro anos ela e o marido deixaram a propriedade rural de 8 alqueires que lhes pertencem e foram morar numa casa na vila do distrito de Martinésia. Nessa fala, Dona Carmem está refletindo, interpretando, expressando seus sentimentos e fazendo sua leitura de um processo que ocorreu na sociedade brasileira como um todo com mais intensidade na década de 1970, ou seja, a migração campo-cidade. Esse que, para além de um fenômeno estatístico que modificou a configuração populacional brasileira, é um processo vivido e significado pelas pessoas que dele fizeram parte, como Dona Carmem, que mesmo tendo permanecido no campo, viu seus amigos e vizinhos irem em busca da cidade e de outras oportunidades de vida. Ela viveu o esvaziamento do campo e, hoje, interpreta esse processo como algo negativo que modificou a vida tanto dos que deixaram o campo quanto daqueles que nele permaneceram.

Para muitos que viviam no campo, naquele momento, a cidade era vista como o lugar em que seria possível ter uma vida melhor frente às dificuldades encontradas no meio rural, significava a chance de conseguir trabalho, atendimento médico de qualidade, escola, algo que lhes era negado no campo. Entretanto, muitas vezes, aqueles que saíram do campo aparecem nas reportagens de jornal como os culpados por sua própria exclusão:

*Os fazendeiros que não se adaptam ao sentido econômico da produção começam a abrir mão da terra e se transformam em comerciantes urbanos. Em compensação voltam-se para a agricultura e a pecuária homens com o corte de empresários, vitoriosos em outras atividades, inclusive na indústria.*⁴²

O início da reportagem, “*Os fazendeiros que não se adaptam ao sentido econômico da produção começam a abrir mão da terra*”, dá uma idéia de que são os proprietários rurais que não estão atentos ao desenvolvimento que tem ocorrido no campo. Porém, o autor do texto parece esquecer que nem todos tiveram acesso aos benefícios da política agrícola modernizadora e, assim, não foi porque não quiseram se modernizar, mas porque não tiveram oportunidades para tal, tendo em vista que essa política beneficiou largamente os grandes proprietários rurais, os “*vitoriosos em outras atividades*”, ou seja, aqueles que tem capital e possibilidades de investir na propriedade rural, ainda mais com o farto crédito rural distribuído a eles pelo Estado.

⁴² Avanço Mineiro. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/01/1974, p.2.

Ao refletir sobre o êxodo rural ocorrido no Brasil, uma crônica de Lycídio Paes, publicada no *Jornal Correio de Uberlândia* em 1970, intitulada *Estranha Teoria*, torna-se um texto que merece ser discutido. A crônica inicia-se da seguinte forma:

*O sr. Presidente da Fundação João Pinheiro informou que o exodo rural de Minas Gerais caiu na proporção de seis por mil, em 1969, para um e meio por mil, em 1970. E o sr. diretor da ACAR, tendo conhecimento dessa informação, disse que, “se for verdadeira, nosso Estado não está se desenvolvendo, porque o exodo rural é prova de desenvolvimento, tanto que a ACAR acaba de fazer um convênio com o ministério do Trabalho para alfabetizar e qualificar o homem do campo, para que possa vir competir na cidade. Quanto menos gente existir no campo, tanto maior o desenvolvimento. Se o exodo está diminuindo é prova de que a tecnologia não está chegando ao campo.”*⁴³(grifos meus)

Não é à toa que o autor da crônica a intitula *Estranha Teoria*, pois é realmente estranha a análise que o diretor da ACAR faz com relação ao êxodo rural, para ele, um indicador de desenvolvimento, o qual é sinônimo de tecnologia. A chegada de novas tecnologias ao campo facilita o trabalho, mas também dispensa mão-de-obra, o que acaba gerando desemprego e, conseqüentemente, o abandono do campo. Longe de ser sinônimo de desenvolvimento, o êxodo rural é, na verdade, um sintoma do baixo desenvolvimento social no campo, no qual famílias inteiras o abandonaram por falta de condições sociais para nele permanecer. Além disso, o mencionado convênio com o Ministério do Trabalho com o objetivo de qualificar o homem do campo para competir na cidade deve ser questionado, na medida em que, na maioria dos casos, as pessoas foram para a cidade sem nenhum tipo de preparação.

O autor da crônica, ao analisar a fala do diretor da ACAR, salienta a necessidade de levar ao campo alguns benefícios, a fim de que as pessoas queiram e possam permanecer no campo:

*No dia em que os lavradores tiverem em seus núcleos e em suas residências o conforto da luz elétrica, a geladeira, a televisão, o cinema, a escola, o médico, a farmácia, o campo de futebol, a estrada de automóvel e outras vantagens menores, desaparecerá sua ambição de transferir-se para o ambiente das praças e das avenidas.*⁴⁴

Lycídio Paes elenca uma série de melhorias que, segundo ele, poderiam fixar o homem no campo, mas ele se esquece da principal delas que é o trabalho, pois de que adianta ter a geladeira se o trabalhador não tem condições de colocar nada dentro dela, de que adianta o cinema se ele não tem dinheiro para freqüentá-lo. Ele ainda tem uma

⁴³ Estranha Teoria. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28/11/1970, p.6.

⁴⁴ Estranha Teoria. *Jornal Correio de Uberlândia*, 28/11/1970, p.6.

visão um tanto quanto preconceituosa ao falar da necessidade de [...]“*transformar as lobregas aglomerações rurais em sociedades relativamente civilizadas*”[...]”⁴⁵. É como se a tecnologia fosse levar à civilização, como se as pessoas que viviam no campo não fossem civilizadas. E o que é ser civilizado? Parece que, para o autor, é fazer parte das conquistas trazidas pela tecnologia, porém acredito que tomar parte dessas conquistas e de seus possíveis benefícios é um direito que leva ao desenvolvimento social, logo, não é uma questão de civilização. O autor da crônica acaba por incorporar o discurso latente na época com relação ao campo como o lugar do atraso, da não civilização, logo, precisava ser “revolucionado”.

Diante da situação que estava colocada, o homem do campo viu-se, em muitos casos, obrigado a deixá-lo. Grande foi o número daqueles que se arriscaram em financiamentos e perderam suas terras para os bancos e daqueles que não tinham a menor condição de se adaptar a esse novo tipo de atividade agrícola e pecuária que estava sendo proposto naquele momento. O enfraquecimento dos sistemas de parceria e meação também levou à migração muitos daqueles que, não sendo proprietários, dependiam desses sistemas para viver no campo. além disso, muitos filhos de proprietários rurais deixaram as propriedades de seus pais e foram buscar, na cidade, a possibilidade de uma vida melhor.

Batista, ao analisar os motivos que levaram à saída do homem do campo, afirma que são várias as razões que levaram a essa migração, por exemplo, as novas imposições do mercado, as transformações nas relações de trabalho:

As práticas do homem do campo pareciam não mais ser controladas por seus interesses e valores e, sim, por aqueles que se legitimavam donos do meio rural, através do latifúndio, da maquinaria e da alta produtividade, os considerados aptos a essa nova função econômica do campo.

[...]

*A terra agora visava, mais do que nunca, lucros e rendimentos. Não seria com as relações tradicionais que o grande produtor alcançaria esses resultados. O processo de expulsão se dá de dentro pra fora, não começa pela política, pelo mercado ou pelos implementos. Ele se inicia na alteração das relações de trabalho e de vizinhança, na necessidade de sobreviver, confirmando a busca pela lucratividade e capitalização das relações.*⁴⁶

Esse processo de expulsão, então, foi tenso e marcado por disputas, já que estava em jogo a mudança de uma mentalidade e de uma forma de viver o campo, a fim de se

⁴⁵ Estranha Teoria. **Jornal Correio de Uberlândia**, 28/11/1970, p.6.

⁴⁶ BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade**. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.34.

incrementar o lucro, que só seria possível com o abandono de uma forma “tradicional” de viver. Assim, a partir desse processo, é possível visualizar para quem eram as políticas brasileiras para o campo.

Se muitos foram os que, diante das inúmeras dificuldades colocadas ao trabalho e ao viver no campo, o deixaram, muitos nele permaneceram e tiveram que reinventar suas formas de viver e trabalhar, tiveram que encontrar alternativas próprias para driblar a falta das novas tecnologias que estavam sendo aplicadas no trabalho da terra e a falta de dinheiro para custear suas lavouras. Não que sejam heróis, mas são homens e mulheres que na sua vida diária encontraram meios para, de alguma forma, manter a propriedade, o que é fundamental para que o viver na e da terra seja possível.

Durante o regime militar e seu propagado objetivo de modernizar o campo brasileiro, foi amplamente divulgada, como um dos instrumentos para empreender essa modernização, a intenção de mecanizar a atividade agrícola, inserindo tratores, colheitadeiras e todo tipo de maquinário que transformasse as bases técnicas da produção agrícola, bem como a utilização de insumos, fertilizantes, adubos, herbicidas, corretivos de solo etc. E, para auxiliar na concretização desse objetivo, o governo criou, em 07 de dezembro de 1972, pela lei nº5.851, a EMBRAPA, uma empresa pública, atrelada ao Ministério da Agricultura, que deveria, segundo Gonçalves Neto: [...]“*promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo.*”⁴⁷

É óbvio que a pesquisa agropecuária brasileira, como afirma Gonçalves Neto, foi marcada pela satisfação de interesses de determinados grupos, ou seja, se voltou para culturas de exportação, para as regiões mais desenvolvidas, para os grandes produtores, concretizando também, nesse aspecto, a modernização conservadora do campo brasileiro.⁴⁸

O apelo à transformação da base técnica da atividade agropecuária brasileira foi muito forte e, assim, ocorreu a disseminação de propagandas no sentido de que os produtores atendessem ao chamado do governo e modernizassem a sua produção, por exemplo, através da aquisição de maquinário, tais como tratores, colheitadeiras etc.

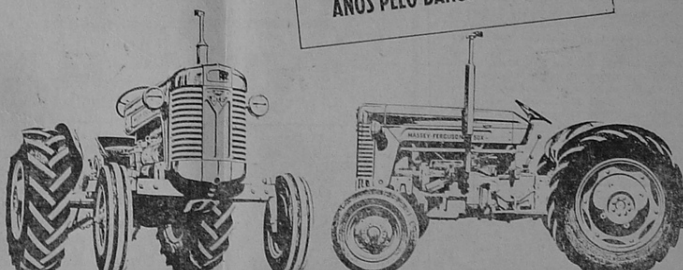
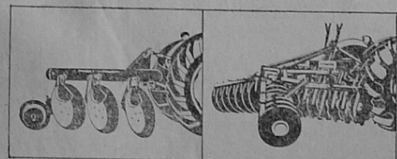
⁴⁷ GONÇALVES NETO, op. cit., p.196.

⁴⁸ Ibidem, p.200.

**NUNCA FOI TÃO FÁCIL
MECANIZAR INTEGRALMENTE
A SUA LAVOURA!**

Nós mesmos lhe damos a mais completa assistência na obtenção do seu financiamento. Qualquer que seja o tamanho de sua propriedade. Nós o ajudaremos a aumentar sua produtividade através da mecanização de sua lavoura. Venha visitar-nos e teremos prazer em fazer uma demonstração em sua própria fazenda.

FINANCIADO EM ATÉ QUATRO ANOS PELO BANCO DO BRASIL

REVENDEDOR MASSEY-FERGUSON:
C I M A L - COMERCIO DE IMPLEMENTOS E
MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

EM UBERLÂNDIA: Av. Vasconcelos Costa, nº 1245 — Tel.: 32-46
EM GOIATUBA—(GO): Av. Amazonas, esq. c./Rua Morrinhas
PEÇAS E ASSISTÊNCIA DA LINHA "MASSEY-FERGUSON"

Figura 03: Nunca foi tão fácil mecanizar integralmente a sua lavoura, **Jornal Correio de Uberlândia**, 14-15/07/1967, p.03.*

**“Nós mesmos lhe damos a mais completa assistência na obtenção do seu financiamento. Qualquer que seja o tamanho da sua propriedade. Nós o ajudaremos a aumentar a sua produtividade através da mecanização de sua lavoura. Venha visitar-nos e teremos prazer em fazer uma demonstração em sua própria fazenda.”*

Como se pode perceber pela propaganda acima, que é de um revendedor Massey-Ferguson, o foco é a máquina. O trator ao centro, da forma como é colocado na imagem, parece estar vindo ao encontro de quem olha e não há um homem sequer na propaganda, pois o que importa é a máquina, é o poder que ela tem para “aumentar a sua produtividade”. A introdução dessas novas tecnologias estava, nesse momento, fortemente atrelada ao crédito rural, por isso “Nunca foi tão fácil mecanizar integralmente sua lavoura”, na medida em que a mecanização seria garantida pelo crédito rural.

A política dos governos militares, ao objetivarem transformar as bases técnicas da atividade agrícola, passou a falar das vantagens que a mecanização da lavoura traria para os produtores que revolucionassem o seu modo de produzir e a imprensa local não deixou de fazer a apologia da mecanização da lavoura:

A agricultura brasileira está em plena marcha evolutiva. Além do emprego de fertilizantes em escalas nunca antes imaginadas, o setor agrícola começou desde 1968 a sofrer forte tendência à mecanização. A tão decantada tratorização da agricultura [...] inicia na presente década uma impressionante largada. Fenômeno do século vinte, a mecanização agrícola introduziu profundas transformações econômicas, envolvendo alterações fundamentais

na sociedade. O trator é filho da modernização dos métodos de trabalho, e apesar de sua introdução nas lavouras representar desemprego em grande escala, sua crescente utilização não pode mais ser detida.

[...]

*Importante é ressaltar que o preço dos tratores brasileiros é dos mais baratos.*⁴⁹

Esse texto foi publicado na coluna *Opinião* do *Jornal Correio de Uberlândia* e o autor ressalta a tendência que o campo brasileiro vivenciava, que era a sua mecanização.⁵⁰ No entanto, esse processo de inserção de novos maquinários no campo é generalizado, ou seja, da forma como o autor do texto coloca parece que todo o campo se modernizou e o fato de a introdução de máquinas causar o desemprego é secundário, pois o que importa mesmo é a *tratorização* da agricultura. E mais, ao dizer que o trator brasileiro é barato, ele sugere que o produtor só não se moderniza se não quiser, afinal, os preços são baixos e, aliado a isso, estaria a propaganda mencionada anteriormente. Ou seja, o produtor teria financiamento à sua disposição para transformar a sua produção, logo, só não a transformaria quem não quisesse. Desse modo, a idéia de que a mecanização era uma escolha é uma forma de apagar a disputa social culpando as pessoas pelo seu fracasso, escamoteando a realidade da desigualdade de acesso a essas novas tecnologias.

No município de Uberlândia ocorreu efetivamente o aumento da utilização de maquinário agrícola, pois, se em 1960 existiam nesse município 55 tratores, esse número passou para 398 em 1975. Entretanto, esses números levam a uma reflexão sobre o trabalho com as estatísticas, pois se focar a análise simplesmente na questão numérica, a conclusão a que chego é que o município de Uberlândia alcançou efetivamente a mecanização da sua lavoura. No entanto, ao fazer isso, corro o sério risco de generalizar aquilo que não pode ser generalizado. E, no que diz respeito à mecanização da lavoura, é preciso, como lembra Ariovaldo Umbelino de Oliveira, desfazer o mito de que seriam as grandes propriedades as maiores consumidoras de máquinas e implementos agrícolas.⁵¹ Segundo esse autor, o censo agropecuário de 1995

⁴⁹ A Tratorização da Agricultura. *Jornal Correio de Uberlândia*, 12/08/1972, p.2.

⁵⁰ O tom dessa reportagem, ou seja, o sucesso desse projeto de mecanização das lavouras, se repete em várias outras. Cf., por exemplo, Uberlândia volta à liderança no comércio agropecuário. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/09/1972, p.1; Dezoito colhedoras perfiladas na João Pessoa. *Jornal Correio de Uberlândia*, 16/12/1972, p.1.

⁵¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.50.

realizado pelo IBGE indica que 63,5% dos tratores estavam nas pequenas propriedades e só 8,2% nas grandes, o que também não difere muito quanto à máquinas para plantio e colheitadeiras, ou seja, a maioria está nas pequenas propriedades.⁵² No entanto, ele afirma que:

*[...] embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a presença deles está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos. [...] apenas 11% do total dos estabelecimentos possuíam tratores. Entre as pequenas unidades com menos de 10 hectares, somente 2% delas tinham este bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Entre as pequenas unidades, a média é de um trator para cada nove; nas médias, a relação é um trator para cada estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também deste bem.*⁵³

As análises de Oliveira⁵⁴ permitem, então, refletir sobre a problemática da estatística, já que, numericamente, é evidente o aumento de tratores no município de Uberlândia. Mas, é preciso ir além disso e questionar nas mãos de quem está essa tecnologia, uma vez que é conhecido o fato de que no Brasil praticamente tudo ser mal distribuído. E com as tecnologias agrícolas isso não seria diferente.

Apesar de o discurso difundido ser o de que “*A modernização da mecanização da lavoura, foi o único caminho encontrado pelos produtores da região, para acompanhar o desenvolvimento agrícola de Minas e de Goiás.*”⁵⁵, como está expresso em muitas reportagens do *Jornal Correio de Uberlândia*, esse mesmo jornal, cerca de vinte dias depois de veicular a reportagem anteriormente mencionada, veicula outra que, embora não seja a intenção do jornal discutir as contradições sociais desse processo de mecanização do campo brasileiro, acaba colocando-as em foco: “*O número total de tratores existentes no Brasil ainda está muito abaixo das necessidades*”⁵⁶. Assim, o que fica evidente é que essa tão proclamada mecanização como único caminho tomado pelos produtores deve ser colocada em discussão, por ter sido um processo extremamente contraditório e marcado por conflitos. Nesse sentido, muitos produtores não tomaram o caminho da mecanização. Para milhares, esse não foi um caminho possível, entretanto, isso não significou o aniquilamento daqueles que não se adequaram aos padrões de mecanização, principalmente em se tratando dos pequenos produtores

⁵² OLIVEIRA, op. cit., p.50-52.

⁵³ Ibidem, p.53.

⁵⁴ Ibidem, p.29-78.

⁵⁵ Para atender a safra 74/75 Jama tratores fez encomenda de 182 colhedeiras CASE! **Jornal Correio de Uberlândia**, 28-29/09/1974, p.6.

⁵⁶ Agricultura tem poucos tratores. **Jornal Correio de Uberlândia**, 18/10/1974, p.01.

que encontraram suas próprias alternativas para driblar a impossibilidade de ter máquinas auxiliando na sua produção.

Para muitos, adquirir uma máquina é um sacrifício muito grande, uma vez que exige um investimento que o pequeno proprietário rural, na maioria das vezes, não possui.

Você teve acesso a inovações tecnológicas no seu trabalho, trator, colheitadeira, arado?

Não, vou te falar que eu tenho um trator velho aqui, ele dá um certo suporte pra mim, mais pra preparar a alimentação do gado e tal, mas é um trator bem velhinho e aí, olha lá, eu tive que sofrer muito pra comprar ele, até porque às vezes eu poderia até ter essa oportunidade de tá comprando uma máquina agrícola e tal, mas assim, a incerteza, você não ter, quer dizer uma certeza do futuro, dentro de qualquer atividade, também vem a incerteza, aquele medo de você tá fazendo um investimento pra adquirir uma máquina, né? Tem aqueles que são mais ousados, digamos assim, que não tem muito medo, agora eu sei o tanto que foi difícil adquirir o que eu tenho hoje, pra tá colocando em risco por uma, né, às vezes uma facilidade qualquer que eu venha buscar, né, então eu prefiro não arriscar, vou indo assim, dando um passo a cada vez, sabendo que passo que eu possa dar, pra tá crescendo.⁵⁷

Seu José Geraldo, 50 anos, tem 10 alqueires de terra em Martinésia e vive desde que nasceu nessa mesma propriedade. Ele salienta o quanto foi difícil adquirir um trator que, “*não é o trator dos seus sonhos*”, pois já está bem velho, no entanto, foi comprado com grande dificuldade para que pudesse ajudá-lo no preparo da alimentação de seu gado. Contudo, muitos são os produtores rurais do distrito de Martinésia que nem uma máquina agrícola mais velha puderam ter e, nesse sentido, é que não se pode incorrer na generalização, apoiando-se nos números que afirmam que a maioria das máquinas agrícolas está nas mãos de pequenos produtores.

Dona Adelina Fernandes, 78 anos, tem 13 alqueires de terra em Martinésia, que eram de seu sogro, onde ela vive há mais ou menos 30 anos. Quando eu perguntei a ela se tinha na sua propriedade algum tipo de maquinário respondeu que “*Quando eu preciso de algum servicinho a gente ocupa de fora, né. Aluga? É, pessoa que faz serviço pra gente.*”⁵⁸ Seu Valdo José Justino, 57 anos, vive numa propriedade rural de 22 alqueires, os quais são seus, de sua mãe e de mais 2 irmãs. Ele vive desde que nasceu nesse mesmo lugar. Seu Valdo, da mesma forma, respondeu-me: “*Não, nunca tive, vontade eu tenho, mais num dô conta de comprar, comprar eu dou conta, num dou conta é de pagar, né.*”⁵⁹

⁵⁷ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada na sua residência, no dia 19/06/2005.

⁵⁸ Adelina Fernandes, 78 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

⁵⁹ Valdo José Justino, 57 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 14/10/2005.

As falas de Dona Adelina, do Seu José Geraldo e do Seu Valdo demonstram com grande clareza as dificuldades que o homem do campo encontra para realizar suas atividades. Por exemplo, o custo de uma máquina agrícola faz com que Seu Valdo seja impossibilitado de possuí-la, enquanto Seu José Geraldo lembra a incerteza que marca a atividade agrícola, o que faz com que ele não se arrisque na compra de maquinários. No entanto, essas pessoas, cada uma a seu modo, encontram suas alternativas para continuar exercendo suas atividades no campo. Seu João Geraldo, por exemplo, comprou um trator que cabia no seu orçamento, sem fazer grandes gastos que poderiam comprometer aquilo que ele possui. Dona Adelina, como não tem nenhum tipo de máquina, quando precisa aluga, paga para que alguém faça o serviço para ela. A família do Seu Valdo, que plantava arroz, vendia leite para a CALU (Cooperativa Agropecuária Ltda de Uberlândia), hoje tira o leite e faz queijos, uma vez que o estabelecimento da regra da venda de leite resfriado obrigou os produtores a comprar um tanque de resfriamento⁶⁰, o que muitos não conseguem, como é o caso do Seu Valdo: *“O tanque de resfriamento... É caro, eu num dou conta de pagar. Dificulta a vida? Nossa Senhora, e muito, porque eu tiro pouquinho leite, um resfriador de leite de 500 litro capaz que, era, num sei se ainda é, era 8 mil.”*⁶¹

A partir de 2005, passou a ser obrigatório o uso de tanques de resfriamento de leite para os produtores que trabalham com pecuária leiteira. Entretanto, essa determinação, como pode ser percebido pela fala do Seu Valdo, causa alterações na atividade do pequeno produtor, visto que, para aqueles que tiram pequena quantidade de leite torna-se um problema a aquisição desse tanque, como o Seu Valdo, por exemplo, que tira cerca de 50 litros por dia. Mas, a sua família encontra uma alternativa, que é a produção de queijos. Já outros produtores colocam o leite tirado em sua propriedade no tanque de algum vizinho e, assim, conseguem continuar trabalhando com a pecuária leiteira, ou seja, enquanto se criam formas de pressioná-los a desistir, eles criam outras para se manter, evidenciando a contínua disputa social.

Assim, a inserção de novas tecnologias no campo, se por um lado gera problemas e dificuldades para aqueles que não conseguem ter acesso a elas, por outro melhora a vida das pessoas, facilitando as atividades, ou seja, modificando o dia-a-dia das pessoas.

[...] o pessoal antigamente tinha que levantar de madrugada, com chuva, sabe? Inclusive o Elcio um dia decidiu, ele foi subir, aí tomou chuva de

⁶⁰ Cf. Leite com qualidade. **Jornal Correio**, 07/06/2001, p.A-6; Novas regras da produção de leite entram em vigor. **Jornal Correio**, 25/06/2005, p.A-6.

⁶¹ Valdo José Justino, 57 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 14/10/2005.

*madrugada, né, no escuro lá, aí ele parou debaixo de uma árvore e falou: não, isso não tá normal, não vou mexer com isso mais nunca.*⁶²

Dona Elza Borges Rezende, 53 anos, conta que seu esposo comprou, no ano de 1977, uma propriedade rural em Martinésia (hoje eles têm 17 alqueires nesse distrito). Ela narra a importância e o significado que a inserção de novas tecnologias pode ter para a vida diária das pessoas. A existência do tanque de resfriamento de leite, por exemplo, modificou a forma de trabalhar do produtor que não precisa mais acordar de madrugada para ordenhar as vacas. Esse trabalho pode ser realizado em horários alternativos, pois o leiteiro não recolhe mais o leite todos os dias, mas, geralmente, a cada dois dias. Logo, o trabalhador pode organizar o seu tempo de forma diferente, não precisando talvez se submeter a tirar o leite de madrugada, às vezes debaixo de chuva, como acontecia com o marido de Dona Elza e com tantos outros produtores rurais, ou seja, as novas tecnologias modificam hábitos e costumes.

A inserção de novas tecnologias, desse modo, colabora na transformação dos modos de trabalhar e de viver e, muitas vezes, tem uma face irônica, como acontece, por exemplo, com Seu Argentino. Indagado sobre que tipo de atividade ele exercia na sua propriedade, me disse que plantava tomate, milho, vagem, pepino, entre outros. Continuei a conversa perguntando se ele ainda plantava e ele respondeu:

*Não, agora eu parei, num tá compensando, sabe, a energia tá cara demais, a irrigação tá tudo aí, os cano tá aí, isso aí joga água lá do lado de cima da linha, mais é que num compensa, as verdura tá muito barata e o, cê vê a energia tá cara, tinha vez deu pagar 500, 600 reais de energia por mês, uai, cê vê, quando era no fim às vez num tocava 800, 900 por mês de arrendo, falei ah não, vamos parar, parou.*⁶³

Seu Argentino, apesar de ter a tecnologia de irrigação, não consegue utilizá-la em virtude dos altos custos pagos pelo gasto de energia elétrica na sua utilização. Nesse sentido, não é a existência dessa tecnologia que deverá dar a dimensão da “modernidade” do produtor rural, mas é preciso ir além, percebendo que o seu emprego implica na diminuição da renda gerada pela produção. Assim, Seu Argentino, como muitos outros produtores rurais, tem que buscar alternativas de produção e uma delas é a pecuária leiteira. Ele tem cerca de cinquenta cabeças de gado e tira entre 110 e 120 litros de leite por dia que são comercializados na CALU.

⁶² Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 26/07/2005.

⁶³ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Algumas alternativas são encontradas pelos produtores rurais para realizar os trabalhos necessários na terra:

[...] de algum tempo pra cá, assim, média de 80, 82, sabe, começou assim, essa ajuda aí homem do campo, né, que eu acho muito importante, muito necessária porque até então, antes de isso aí o Élcio, eu me lembro bem, ele tinha trator, então, todo mundo recorria até lá, é vamos lá puxar um poste que tal, é, também fazer aração, depois desterroar, colheita também, eram poucos que tinha trator, de 80, 90 pra cá que a prefeitura ajuda com a patrulha mecanizada.⁶⁴

Dona Elza fala nesse trecho de sua entrevista da pouca quantidade de pessoas que possuíam tratores no distrito de Martinésia quando o seu esposo comprou a terra, em 1977. Entretanto, as pessoas buscavam, de algum modo, driblar essa dificuldade e uma alternativa encontrada era pedir ajuda aos vizinhos. Mesmo que essa ajuda tivesse, talvez, um custo financeiro, era uma solução para os problemas de muitos produtores rurais que encontravam nessa solidariedade a possibilidade da realização de trabalhos fundamentais no trato com a terra.

Os produtores rurais do distrito de Martinésia, na busca de alternativas para sua produção, muitas vezes têm na prefeitura de Uberlândia a possibilidade de conseguir as máquinas necessárias ao exercício de suas atividades. Desde meados da década de 1980, a prefeitura possui o que é chamado de *Patrulha Mecanizada*, constituída de máquinas agrícolas que fazem o preparo do solo para a plantação, silagem, conservação do solo, enfim, tecnologias que colaboram na realização de trabalhos do campo, tornando-os mais dinâmicos e rápidos.

Seu Hélio, 56 anos, nasceu e vive até hoje na mesma propriedade rural (atualmente com 17 alqueires), possui trator e carreta, entretanto, para determinados tipos de trabalho ele tem que recorrer à prefeitura: *“Às vezes a gente, às vezes passar uma grade, assim, o trator é pequeno, né, aí eu rumo o trator da prefeitura, faz pra mim. Fazer a silagem também eles vem fazer a silagem.”⁶⁵*

A importância dessa *Patrulha Mecanizada* é tema recorrente nas discussões do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia:

O presidente do C.C.D.R. de Martinésia, Sr. Elieutério Martins Pacheco falou inicialmente dos benefícios já recebidos e em seguida expôs as metas futuras que são: a ponte dos carrapatos, criação de uma ronda policial, reforma e iluminação do cemitério, melhorias nos campos de futebol, construção de uma quadra poliesportiva, Patrulha Mecanizada para atender os pequenos

⁶⁴ Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 25/07/2005.

⁶⁵ Hélio Pereira Lima, 56 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

*agricultores com o preparo de curva de nível e pequenas lavouras de arroz irrigado, melhora nos mata-burros e estradas da linha da CALU.*⁶⁶

A *Patrulha Mecanizada* aparece como uma dentre outras tantas reivindicações do distrito de Martinésia⁶⁷, o que aponta para as prioridades daquela população que tem no campo uma de suas principais fontes de renda.

O então secretário municipal de agricultura, na época do lançamento do projeto da *Patrulha Mecanizada*, Olavo Vieira da Silva, ao ser convidado a dar uma entrevista, disse as seguintes palavras:

*Um dos problemas mais sérios que temos na cidade e no Brasil, é a população da periferia, que passa fome, porque está favelada e a população da roça principalmente os MICRO proprietários, que passam fome, por ignorância, não sabem tirar da terra o alimento que ela pode oferecer. Então nós estamos iniciando um programa onde nós vamos preparar a terra, vamos orientar, não só a Prefeitura, mas todos os órgãos do sistema operacional de agropecuária do Estado de Minas, órgãos como: Emater, IEF, Iesa, Embrapa, Epamig, o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Ruralminas, estrutura montada com dinheiro do Poder Público e propriedades sem produzir nada, por ignorância dos ocupantes das propriedades.*⁶⁸ (grifos meus)

O discurso do secretário se reveste do ideário liberal de que os pobres são culpados pela pobreza. No caso, os produtores rurais que passam fome o fazem por culpa deles próprios, por “ignorância” e, nesse sentido, o projeto da *Patrulha Mecanizada* e os órgãos listados pelo secretário aparecem como os redentores desses pobres infelizes. Embora esta visão preconceituosa se faça presente, a existência dessa *Patrulha* significa, de fato, para muitos produtores, a real possibilidade de preparar a sua terra para o plantio de uma forma mais satisfatória.

Entretanto, segundo o secretário municipal de agricultura em 1991, [...]“*não dá para se fazer o atendimento de cem por cento das solicitações, mas dá para atender, de forma bastante satisfatória, a todos os pequenos e médios produtores do Município de Uberlândia.*”⁶⁹ A fala do secretário tem uma contradição fundamental, pois como é possível atender satisfatoriamente a todos os produtores se não são atendidas 100% das solicitações? Ou seja, dizer que é “*bastante satisfatória*” a forma do atendimento das solicitações, só pode ser mediante estatísticas, pois do ponto de vista dos números pode

⁶⁶ Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia. **Livro de atas nº1**, 24/05/1985, p.15-16.

⁶⁷ Cf. *Patrulha Mecanizada* é reivindicação de Martinésia. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/01/1985, p.06.

⁶⁸ Maior assistência ao pequeno produtor rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 23/10/1984, p.02.

⁶⁹ *Patrulha Agrícola* terá mais 5 tratores. **Jornal Correio do Triângulo**, 06/06/1991, p.15.

ser muito bom que de 100% dos produtores, 80%, por exemplo, sejam atendidos, mas do ponto de vista daquele que não foi atendido não é nem um pouco satisfatório, pois isso pode significar atraso ou mesmo o não plantio, logo, para quem não foi atendido o programa da prefeitura torna-se insuficiente. E isso às vezes acontece, como lembra Dona Elza:

[...] tem os técnico da prefeitura, né, que, assim, pega, por exemplo, o serviço pra fazê, o trator fica um tempo na região passa de um para outro produtor, mais isso não acontece muito satisfatoriamente não, sabe, muita gente fica, assim o trabalho passa da hora, fica muito a desejar.

O atendimento da prefeitura não é 100%?

*Não, é, mais, assim, por ser muitos produtor que quer sempre no mesmo tempo, sabe, às vezes quando chega já passou de hora, não atende a tempo, certo, não.*⁷⁰

Desse modo, as máquinas disponibilizadas pela prefeitura são um instrumento importante para muitos produtores que não possuem maquinários agrícolas, mas é preciso discutir a real atuação desse mecanismo.

Se existem proprietários rurais em Martinésia que não possuem essas novas tecnologias que foram sendo introduzidas na atividade agrícola e pecuária, também existem outros que, mesmo sendo pequenos proprietários, possuem algumas máquinas. Muitos deles não cederam aos apelos dos financiamentos e as adquiriram com recursos próprios, como é o caso do Seu Rubens, 59 anos, que vive desde que nasceu na mesma propriedade rural e tem 23 alqueires de terra recebidos de herança. Ele possui maquinário agrícola, mas como ele mesmo faz questão de frisar: “Os trator foi comprado com recurso próprio, nunca foi financiado um trator.”⁷¹ Assim, não se pode incorrer no erro de vitimar esses proprietários, pois, de alguma forma, mediante as dificuldades, eles reinventam suas práticas e conseguem acumular o dinheiro necessário para melhorar suas propriedades.

As décadas de 1960 e 1970 foram de grande disponibilidade de crédito rural a juros baixos e existia um forte apelo para que os produtores rurais buscassem esse crédito a fim de que, desta forma, pudessem atender os objetivos da política agrícola daquele momento, que era o aumento da produção e da produtividade.

⁷⁰ Elza Borges Rezende, 53 anos, entrevista realizada em sua residência, na cidade de Uberlândia, no dia 25/07/2005.

⁷¹ Rubens Vieira, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Como se pode observar pelo conteúdo da propaganda abaixo⁷², o crédito rural faz parte da política implementada pelos governos militares para o campo, de forma que essa verba deveria ter um destino certo, que era a aquisição de “*adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie*”, ou seja, o dinheiro deveria ser usado para a transformação da produção, tornando-a moderna.



Figura 04: Use êste adubo, Jornal Correio de Uberlândia, 15/08/1971, p.07.*

* “Dinheiro.

Nada melhor para fortalecer a sua lavoura. Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita.

Esta é a hora do lavrador.

Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Govêrno.

Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil. Ou a qualquer banco particular.

Use o crédito a juros baixos.

Para a aquisição de adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie.

⁷² Luciana Lílían de Miranda também utiliza essa propaganda em seu trabalho e faz sobre ela o seguinte comentário. “Trata-se de um maço de notas de cem cruzeiros (CR\$100,00) sobre o outro, somando dez mil cruzeiros (CR\$10.000,00). Este representava o dinheiro do governo que deveria ser usado pelo agricultor: o melhor ‘adubo’ para fortalecer a produção. Ao utilizar a metáfora do dinheiro como se fosse o melhor adubo, a propaganda sugere que o financiamento fortaleceria o produtor, assim como esse produto fortalece a terra, além de fazer menção ao uso desse produto em si. O texto acima, ainda, dizia: ‘Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo... Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita’. Na foto, o dinheiro parece ser maior do que o tamanho real das cédulas (hiper-realidade). Ao nosso ver, esse recurso foi utilizado para destacar, ainda mais, o grande volume de financiamentos destinados ao agricultor.” MIRANDA, op. cit., p.74-75.

*A palavra de ordem do Govêrno é esta: tôdo prestígio ao lavrador.
Use o dinheiro do Govêrno.
Plante mais.
Plante melhor.”*

O dinheiro, ou seja, o crédito seria o adubo necessário para promover essa transformação do campo. A lei nº4.829, de 05 de novembro de 1965, institucionalizou o crédito rural no Brasil e no seu artigo 3º especifica os objetivos do crédito:

- I – estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;*
- II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;*
- III- possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;*
- IV – incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.⁷³ (grifos meus)*

Como se pode perceber, os objetivos do crédito eram baseados nas idéias da racionalidade e da produtividade modernas e o inciso terceiro desse artigo é o que merece maior atenção, na medida em que o crédito rural deveria priorizar o fortalecimento de pequenos e médios produtores rurais. Mas, na prática, o que aconteceu foi o inverso, pois o grande volume do crédito rural ficou nas mãos dos grandes proprietários e foi direcionado para culturas de exportação e para regiões mais desenvolvidas, ou seja, as regiões Sul e Sudeste foram as mais beneficiadas⁷⁴.

Nesse sentido, os pequenos produtores rurais encontravam inúmeras dificuldades para ter acesso ao crédito. A primeira delas está nas garantias exigidas pelos bancos para sua liberação, como a terra e a própria produção agrícola, que amedrontavam os pequenos produtores temerosos de que acontecesse com eles o mesmo que aconteceu a muitos: a perda da terra. Outra dificuldade era o direcionamento do crédito para culturas de exportação e os pequenos produtores plantavam arroz, feijão, mandioca, ou seja, produtos para o mercado interno.⁷⁵

No entanto, muitos pequenos produtores rurais, apesar dos rótulos que lhes foram colocados de que eram conservadores e não queriam se adequar à “modernização”, se arriscaram e, mesmo com as dificuldades de obtenção de crédito, foram em busca do mesmo. Alguns foram bem sucedidos, outros nem tanto.

⁷³ Lei nº4.829 de 05/11/1965. Disponível em: www.incra.gov.br. Acessado em: 20/12/2005.

⁷⁴ GONÇALVES NETO, op. cit., p.179.

⁷⁵ MIRANDA, op. cit., p.77-80.

O senhor já pediu crédito rural, do governo, ou não?

Não, eu já fiz muito financiamento em banco e atrapalhei meu negócio tudo, fiquei trabalhando muito tempo pelejando pra pagar o que eu não podia pagar e o dia que eu cheguei de pagar eu falei que negócio em banco pra mim, banco pra mim é só pra mim sentar, tenho conta em banco porque precisa de ter a conta pra movimentar o dinheiro, mais eu lá pegar empréstimo pro banco, num tem proposta que serve pra mim.⁷⁶

Seu João Dias Neto, 77 anos, vive desde que nasceu numa propriedade rural que tem hoje 20 alqueires. Ele foi um desses pequenos produtores que se arriscaram e buscaram crédito rural, mas, devido a problemas que não estavam ao seu alcance resolver, mais especificamente devido a questões climáticas, ele perdeu a lavoura e teve a sua vida comprometida por isso:

O senhor fez financiamento pra custear a lavoura mesmo?

Pra lavora, pra fazer ranca. E eu comprei 35 alqueire de terra lá em Goiatuba e fui arrancar lavora, toco e tudo, beneficiar pra tocar lavora e perdi a lavora três ano seguido, então, veio a quebradeira, então tudo que eu tinha aqui que levei pra lá pra pagar esses trinta e cinco alqueire foi embora e eu ainda fiquei devendo o que eu num podia pagar pra minha família. Foi mais o menos nos ano 60 até 70, foi essa quebradeira aí. Até 65 lá ia muito bem, 66 começou descontrola, 67, 68 tive que vender tudo que tinha e fiquei devendo o que num podia pagar.⁷⁷

Seu João teve uma experiência que não foi vivenciada só por ele. Inúmeros produtores rurais também enfrentaram e ainda enfrentam problemas como o dele, na medida em que a atividade agrícola é marcada pela incerteza, devido a aspectos naturais, tais como escassez ou excesso de chuvas, pragas, doenças e todo tipo de influências ambientais. Seu João não pode simplesmente ser tratado hoje, ao dizer que “banco pra mim é só pra mim sentar”, como um produtor conservador que não busca melhorias, pois o receio que ele tem de financiamentos é devido à sua trajetória de vida, à sua experiência pessoal que foi traumática e deixou marcas e por isso o faz ter restrições quanto a esse tipo de ação.

Outros produtores, diferentemente do Seu João, preferem nem arriscar. É o caso do Seu Valdo, por exemplo:

Você já teve acesso a crédito?

Eu num tive porque eu num mexo com finância. Eu tem medo, como diz o outro, a gente já tem as terra, vai fazer uma finância tem que pô es na garantia, depois se a gente num der conta de pagar, aí fica sem o dinheiro e sem as terra, por isso é que eu num mexo. Crédito eu até acho que tem, porque os outro já pelejo pra mim fazer, eu falei não, não vou mexer com isso não.

⁷⁶ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

⁷⁷ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Sempre fala, não faz uma finância, é bom, falei não, deixa minhas terra quietinha lá.

O receio que tem o Seu Valdo é também o de tantos outros produtores rurais que, como ele, temem pela perda da terra, um bem que é caro e cuja perda pode não ser revertida, ou seja, o produtor pode nunca mais conseguir ter outra propriedade rural.

Nesse sentido, estratégias são encontradas pelos produtores para tocarem sua produção sem o crédito, algo que é fundamental, pois é necessário dinheiro para o preparo da terra, para a manutenção da lavoura e para a colheita. Os produtores encontram suas formas de vencer essas dificuldades, que não são poucas. Seu João, por exemplo, diz que para conseguir plantar, a fim de manter uma forma de vida na qual ele nasceu e foi criado, tem que vender o gado para custear essa lavoura. Já a família do Seu Valdo optou pela fabricação de queijos como atividade geradora de renda. Assim, os produtores rurais que historicamente não têm acesso a crédito não deixam de seguir suas vidas, embora com grandes dificuldades.

O crédito rural foi, nas décadas de 1960 e 1970, um importante instrumento da política agrícola modernizadora, entretanto, já a partir da segunda metade da década de 1970, se tem a queda dos recursos destinados a ele. E, a partir de 1985, houve uma retirada dos subsídios ao crédito rural, pois esse foi um momento de inflação elevada, estagnação do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, foi um momento de crise da economia brasileira.⁷⁸

Coelho, ao analisar a política agrícola brasileira nos últimos 70 anos, classifica esse momento da política agrícola brasileira, de 1985 até 1995, como um momento de transição:

Essa fase foi marcada pela influência dos vários planos de estabilização e da abertura comercial na condução dos negócios agrícolas, pela redução drástica na oferta do crédito rural oficial (devido à crise fiscal do Estado), pela utilização mais intensa da PGPM [Política de Garantia dos Preços Mínimos] para subsidiar o custo de transporte e pela escalada do endividamento rural. Pode ser assim chamada porque foi uma fase que precedeu a reformulação geral dos instrumentos de política agrícola e em que os valores ambientais começaram a fazer parte das preocupações do Governo e da sociedade.⁷⁹

Esse foi, então, um momento de mudança nos rumos da política agrícola brasileira em que se verifica um discurso do afastamento do Estado da condução dessa política, no

⁷⁸ COELHO, Carlos Nayaro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ano X, nº03, Jul-Ago-Set/2001, p.33.

⁷⁹ Ibidem, p.05.

entanto, tudo parece indicar que não ocorreu a retirada completa das funções e do papel que o Estado tinha e continua tendo na condução da política agrícola brasileira. Aqueles que defendem a retirada do Estado são os primeiros a reivindicar a atuação dele para que os seus lucros sejam mantidos e a sua renda não seja alterada, isto é, a intervenção estatal é muito bem vinda desde que seja para defender os interesses dos grandes capitais, no caso, dos grandes ruralistas.

Que esse é um momento de crise não se discute, basta ver, por exemplo, a quantidade de reportagens no *Jornal Correio* que dizem respeito aos problemas enfrentados pela agricultura e pela pecuária na época.⁸⁰ De modo que, os produtores reivindicam a todo momento a atuação do Estado na definição de uma política agrícola que possibilitasse a continuidade da produção. O último parágrafo de um longo texto publicado nesse jornal evidencia essa reivindicação, ao falar das medidas que deveriam ser tomadas em relação aos problemas que a agropecuária vinha enfrentando naquele momento.

*A classe rural, mercê de Deus, uma classe de exaltados a serviço de nossa Pátria vem cumprindo com a sua grandiosa missão de apoiar o Plano Econômico do Governo, mas espera ser mais respeitada e consultada como responsável que é pela produção de alimentos. Hoje, a nossa colaboração; amanhã a certeza de que não faltamos com o nosso dever!*⁸¹

Depois de apresentar as medidas que, em sua opinião, deveriam ser tomadas com relação ao crédito rural, aos preços dos produtos agrícolas, às questões trabalhistas, dentre outras, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho⁸², autor do texto, fecha sua argumentação com palavras que são emblemáticas. Tais palavras cobram a atuação do Estado junto às questões agrícolas, uma vez que a classe rural estaria cumprindo o seu

⁸⁰ Cf. Problemas da agricultura é preços. **Jornal Correio de Uberlândia**, 20/07/1985, p.09; Uberlândia presente na marcha “Alerta do Campo”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11/02/1987, p.01; Produtores rurais fazem passeata no centro da cidade. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11/03/1987, p.01; Produtores rurais discutem o problema do crédito rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 30/04/1987, p.01; Agricultura: Ministério sem prestígio. **Jornal Correio de Uberlândia**, 28/08/1987, p.05; Galassi acusa processo de empobrecimento rural. **Jornal Correio de Uberlândia**, 29/01/1988; Crédito rural – o cochilo dos ruralistas. **Jornal Correio de Uberlândia**, 03/06/1988, p.05; Produtores rurais protestam contra a política agrícola. **Jornal Correio de Uberlândia**, 13/06/1989; Complicada política agrícola. **Jornal Correio do Triângulo**, 08/05/1991, p.10.

⁸¹ A classe rural e a nova ordem econômica brasileira. **Jornal Correio de Uberlândia**, 01/04/1986, p.10.

⁸² Odelmo Leão Carneiro Sobrinho já foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, deputado federal, vice-presidente da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais), Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, é o atual prefeito de Uberlândia (2005-2008). É considerado [...]“um dos maiores líderes ruralistas da região.” Secretário de Agricultura quer melhorar o que já foi feito. **Jornal Correio de Uberlândia**, 26/02/1989, p.03.

papel, e esperava a contrapartida do Estado, e faz isso utilizando-se de um argumento de forte apelo: a produção de alimentos.

A “*classe rural*” é um termo generalizante que evoca a existência de interesses universais, mas é verdade que os produtores que se colocam na mídia para reivindicar quase sempre são os grandes. O autor desse texto se coloca como o porta-voz dessa “*classe rural*”, no entanto, essa classe é constituída por interesses diferentes, levando-se em conta que pequenos, médios e grandes fazem parte dela e esses últimos que têm poder para reivindicar na mídia, não saem em defesa de todos, como apregoam, mas saem em defesa de seus próprios interesses. Assim, o que está em questão não é a “*classe rural*”, mas os benefícios para a classe hegemônica. E aqui cabe questionar o argumento da produção de alimentos, pois, como salienta Pessôa, ao analisar o processo de modernização do campo no município de Uberlândia:

*A maior parte da produção de cana-de-açúcar, café e algodão, ou seja, as culturas comerciais, provém de imóveis de rendas mais altas, enquanto que os produtos de subsistência (arroz, milho, feijão e banana) são, basicamente, de imóveis de menores rendas brutas, caracterizando, neste caso, as pequenas explorações como responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira.*⁸³

No jornal pesquisado, muitas vezes, os pequenos produtores são colocados pelos grandes como aqueles que são beneficiados pelo governo⁸⁴, o que não deveria acontecer na ótica deles:

*No entender dele, [do presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Luiz Humberto Carneiro] o Governo prioriza o crédito para os pequenos produtores a quem contempla com juros subsidiados de 9%. Só que os pequenos produtores no Brasil ainda praticam uma agricultura na base do arado puxado a burro e o resultado é a baixa produtividade, porque nem mesmo a aplicação correta de adubos e corretivos eles usam corretamente. O dinheiro vai ser derramado principalmente no Nordeste do País e nos minifúndios do Sul, com resultados negativos para a safra como um todo. Aqui no Triângulo Mineiro a agricultura está centrada nos médios e grandes produtores, muito bem mecanizados e que aplicam tecnologia moderna na produção.*⁸⁵

A análise que Luiz H. Carneiro faz é altamente distorcida e, em primeiro lugar, os pequenos produtores pagarem 9% de juros não significa privilégio, pois, se grande parte deles não conseguia fazer financiamentos quando os juros eram negativos, que dirá com taxas de 9%. Mas, o mais complicado nessa fala é a imagem que se faz do pequeno

⁸³ PESSÔA, op. cit. p.135.

⁸⁴ Cf. Gilvan critica a política agrícola em vigor no país. **Jornal Correio do Triângulo**, 10/08/1991, p.05.

⁸⁵ Pacote Agrícola não agrada. **Jornal Correio do Triângulo**, 12/07/1991, p.02.

produtor como alguém ignorante, que não aplica qualquer tipo de técnica, o que não corresponde à realidade, já que muitos pequenos produtores buscaram e buscam ainda inserir novas tecnologias na sua produção a fim de melhorá-la. E outro ponto é a imagem generalizadora da região do Triângulo Mineiro como totalmente mecanizada e moderna, o que é discutível, tendo em vista que essa região possui muitas pequenas propriedades que se dedicam a culturas voltadas para a alimentação, ou seja, produtos para o mercado interno, e que não são totalmente mecanizadas e modernas.

Na verdade, o que o então presidente do Sindicato Rural de Uberlândia está reivindicando é que a política agrícola venha em defesa dos interesses dos grandes produtores, aqueles que seriam capazes de dar respostas satisfatórias à necessidade de produção que o país tem e, para isso, eles se apóiam no argumento da alimentação.⁸⁶

O Estado é, então, muito bem vindo quando é para sair em defesa dos interesses desses grandes produtores, por exemplo, para renegociar as suas dívidas. Isso ocorreu em 1995, momento no qual explodiu a “crise do endividamento”⁸⁷ do setor rural e foram renegociadas as dívidas dos agricultores que deviam até R\$ 200 mil.

*Chegou ao fim a queda de braços entre o governo e os produtores rurais com relação à dívida dos agropecuaristas contraídas com os financiamentos concedidos pelo governo. [...] a dívida foi renegociada e será paga em até dez anos, em alguns casos. Cerca de 12 mil produtores da região estão em dívida com o governo. Desse total, mais de 70% serão beneficiados com o parcelamento.*⁸⁸

O mito do Estado não interventor pregado pelo neoliberalismo deve ser problematizado, pois é fato que esse tipo de modelo governamental promoveu no país a privatização de várias empresas estatais, o desmonte e o sucateamento da universidade pública, dos sistemas de saúde, logo, o Estado se faz presente, nem que seja para negar direitos sociais fundamentais aos cidadãos. No que diz respeito ao campo, é certo que não se trata mais do Estado altamente interventor das décadas de 1960 a 1980, mas ele não se ausenta, tanto que novos instrumentos de política agrícola foram criados, embora mais voltados para o mercado, tais como o Prêmio para o Escoamento da Produção (PEP), implantado em 1996, segundo Coelho:

[...] para operar em situações em que o preço de mercado fica abaixo do preço mínimo. [...] no lugar de comprar os excedentes, o Governo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), paga aos agentes de

⁸⁶ Cf. A fome e a agricultura. **Jornal Correio do Triângulo**, 31/03/1993, p.04.

⁸⁷ COELHO, op. cit. p.43.

⁸⁸ Acordo com o governo agrada lideranças rurais. **Jornal Correio**, 20/10/1995, p.08.

comercialização um “prêmio”, cujo valor é fixado através de leilões, que reflete a diferença entre o preço de mercado e o mínimo oficial.⁸⁹

Há ainda os Contratos de Opção, programa que foi implantado em 1997 e, apesar de ser de natureza privada é o Governo que opera as opções de venda por meio da CONAB⁹⁰. O programa foi criado, como afirma Coelho, para:

[...] fornecer aos participantes do processo de comercialização, notadamente aos produtores, oportunidades para que eles possam desenvolver estratégias pessoais na venda de seus produtos e ter maior flexibilidade diante das eventuais mudanças nas condições do mercado. Foi desenhado para substituir a PGPM em algumas áreas e produtos.⁹¹

Enfim, o Estado, mesmo que por mecanismos diferentes aos daqueles utilizados nas décadas de 1960 a 1980, atua na elaboração e na condução de uma política agrícola, ou seja, por mais que seja incentivada a participação da iniciativa privada, o Estado não deixa de ter a sua função, a qual é fundamental para os caminhos que a atividade agropecuária toma no Brasil, como lembra Coelho:

No Brasil, a despeito das limitações de natureza orçamentária e dos grandes avanços, nos últimos anos, em termos da implantação de instrumentos de política agrícola menos intervencionista, o crédito rural oficial continua sendo a espinha dorsal do sistema de financiamento à agricultura e os instrumentos de apoio à comercialização e de transferência de risco dependem pesadamente do apoio do Estado.⁹²

Além do mais, o Estado sofre pressões sociais, ou seja, os grupos reivindicam a sua presença e atuação, a fim de que mecanismos sejam criados para dar melhores condições de produção ao homem do campo. Esse é o caso do PRONAF, que não surgiu porque o governo quis criar algum tipo de benefício para esses produtores, mas sim, devido aos embates sociais que estavam se dando na sociedade, como salienta Cloviomar C. Pereira, ao discutir a evolução do crédito nos assentamentos rurais do Brasil:

O contexto de surgimento do Pronaf, em meados dos anos 1990, foi marcado pela intensa mobilização dos movimentos sociais e organização de trabalhadores rurais que buscavam acesso à terra e melhores condições de permanência produtiva no campo, reivindicando ações governamentais

⁸⁹ COELHO, op. cit. p.47.

⁹⁰ Ibidem, p.47.

⁹¹ Ibidem, p.47.

⁹² Ibidem, p.03.

*favoráveis à reforma agrária, o que envolvia, entre outras demandas, a questão do crédito rural.*⁹³

O PRONAF foi criado em 1995 e tem como público alvo os agricultores familiares (proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros) que utilizem a mão-de-obra familiar, tenham no máximo dois empregados permanentes, área de até 4 módulos fiscais e no mínimo 80% da renda bruta originada da atividade exercida no estabelecimento. Além disso, o agricultor deve ainda residir na propriedade ou em povoado próximo a ela.⁹⁴

Segundo os textos do site oficial do programa⁹⁵, o PRONAF visa apoiar o desenvolvimento rural e tem na agricultura familiar o foco, na medida em que ela teria grande capacidade de geração de trabalho e renda, tendo em vista os números citados nos quais a agricultura familiar é responsável por grande parte do que se produz no país, principalmente alimentos, tais como arroz, feijão, mandioca, leite, dentre outros. Caberia ainda ao PRONAF uma outra missão: reduzir a migração campo-cidade.

Para cumprir a sua missão, o programa financia o custeio e o investimento em aqüiculturas, atividades agropecuárias, extrativistas e pesqueiras e também atividades não agrícolas, tais como, o artesanato e o turismo rural⁹⁶. Para ser beneficiado com o programa o agricultor familiar precisa de uma Declaração de Aptidão que é fornecida, no caso do município de Uberlândia, pelo escritório local da EMATER. Essa entidade tem um papel importante, uma vez que o agricultor precisa receber assistência técnica e também precisa de um projeto técnico para obter financiamento de investimento. Em alguns casos, é recomendado ao agente financeiro adotar garantias, tais como, o penhor de safra em financiamentos de custeio; e em financiamentos de investimento, o penhor ceder ou alienação fiduciária do bem, o aval cruzado ou ainda o apoio de um fundo de aval.⁹⁷

Não se pode dizer que o PRONAF seja um programa ruim, pois acredito que, por ser um financiamento a juros baixos, contribui muito para que os pequenos produtores tenham acesso a crédito, o que, sem dúvida alguma, colabora na organização da

⁹³ PEREIRA, Cloviomar Cararine. Crédito rural para assentamentos rurais no Brasil: do Proclamação ao Pronaf A. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JÚNIOR, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.95.

⁹⁴ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

⁹⁵ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

⁹⁶ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

⁹⁷ Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em 20/12/2005.

produção, já que com recursos o produtor pode ter acesso a máquinas, adubos, fertilizantes, etc., o que não garante o sucesso da safra, mas aumenta as possibilidades.

Entretanto, o programa possui problemas, sendo que o primeiro deles é o limite da área estabelecida. No caso do município de Uberlândia, em que o módulo fiscal corresponde a 20 hectares, significa que só os agricultores com até 80 hectares podem ter acesso ao programa. Essa é uma questão complicada, na medida em que, muitas vezes, o produtor que tem 100 hectares, por exemplo, não está numa situação muito diferente daquele que tem 70, 80 hectares, porque além do tamanho da terra, outros fatores influenciam na possibilidade de realização de uma atividade agrícola e pecuária satisfatória e que gere rendas capazes de promover o bem-estar social das famílias rurais.

Segundo Pereira, o PRONAF é um programa que apresenta problemas:

*Hoje, o Pronaf é a única linha de crédito rural estatal disponível aos pequenos produtores rurais do Brasil, e percebe-se que ainda conta com mecanismos seletivos excludentes que tendem a beneficiar os agricultores familiares mais capitalizados, geralmente integrados às cadeias agroindustriais voltadas à exportação, aqueles que conseguem oferecer garantias para os agentes financeiros e, com isso, responder positivamente à racionalidade financeira do processo de contratação de crédito.*⁹⁸

Assim, esse programa, enquanto uma prática governamental, possui um discurso muito bem elaborado, capaz de convencer a muitos ao dizer que os objetivos do programa são fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural e que os principais agentes são os próprios agricultores e suas associações. No entanto, como lembra Pereira, esse programa tem problemas que se refletem efetivamente na prática dos pequenos produtores rurais: “Porque eu fiquei esperando um financiamento da, aquele do juro barato, como é que chama, é o Pronaf, não mais que trem enrolado, esperei, esperei, aí num saiu”[...]”⁹⁹. Seu Argentino contava com esse programa para adquirir o tanque de resfriamento de leite para sua propriedade, no entanto, ele esbarrou na burocracia e na lentidão do programa e, assim, a alternativa encontrada foi adquirir o equipamento com recursos próprios: “Recurso próprio, aí, então, eu falei não, num vô esperar isso não, porque num saía, [...] porque o Pronaf é muito bão, um financiamento bão, juro barato, mais ocê pegar o dinheiro dele é igual acertar na Tele-Sena.”¹⁰⁰

⁹⁸ PEREIRA, op. cit. p.101.

⁹⁹ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

¹⁰⁰ Argentino Gomes de Melo, 72 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 28/10/2005.

Seu Duarte foi outro que tentou obter o financiamento do PRONAF para montar uma pequena granja e não conseguiu devido à burocracia. Perguntei a ele se já tentou alguma vez obter crédito rural e ele respondeu: “*Não, não, eu tentei, como é que chama aquele plano do, PRONAF, aí demorou demais, tava complicado demais, eu desisti, demora, esse demora.*”¹⁰¹

Seu Argentino e Seu Duarte não são os únicos produtores a enfrentar essa dificuldade e a demora na liberação dos recursos é apenas um dos problemas do PRONAF. Entre tantos outros, está o baixo volume dos recursos, o próprio alcance do programa e ainda, as conseqüências, ou seja, a entrada na lista de inadimplentes daqueles que têm acesso ao programa, mas não conseguem pagar os financiamentos.¹⁰²

Além do mais, acredito que o PRONAF seja sim uma forma de atender às pressões dos grupos sociais que reivindicam a atuação do governo junto aos produtores rurais, entretanto, ele não deixa de ser uma forma de esconder a realidade do país e das políticas agrícolas que têm como foco o grande produtor e as culturas de exportação¹⁰³, tendo em vista o papel do agronegócio na pauta de exportações brasileiras: “*O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros.*”¹⁰⁴ e [...]“*pela totalidade do superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos.*”¹⁰⁵

Como salienta Oliveira, “*Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.*”¹⁰⁶ Nesse sentido, o que regula a produção é a lógica do lucro e do mercado mundial, que faz com que haja no Brasil um grande contra senso: o país é um grande exportador de soja, carnes, café, dentre outros produtos, conforme se pode observar na tabela 03:

Tabela 03: Brasil, exportações - US\$ mil (1997-2004)

(continua)

PRODUTOS	1997	1998	1999	2000
Soja, mesmo triturada	2.452.427	2.178.475	1.593.293	2.187.879
Farelo de soja	2.680.885	1.750.111	1.503.571	1.650.509

¹⁰¹ Duarte César Justino, 51 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹⁰² PEREIRA, op. cit. p.102.

¹⁰³ É nítida a preponderância que o agronegócio tem em relação à agricultura familiar quanto ao apoio dado pelo governo, basta observar que o pacote agrícola anunciado para a safra 2006/2007 destina R\$ 10 bilhões à agricultura familiar e R\$ 50 bilhões ao agronegócio. No entanto, é preciso lembrar que grande parte da produção de arroz, feijão, mandioca, milho, dentre outros produtos são feitos pela agricultura familiar, além do que ela é responsável pela maioria dos empregos gerados no campo e é mais produtiva que as grandes propriedades. MERLINO, Tatiana. Pacote do governo privilegia agronegócio. **Agência Brasil de Fato**, 05/06/2006.

¹⁰⁴ Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

¹⁰⁵ Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, op. cit., p.37.

Carnes e miudezas de aves	918.335	774.956	920.948	879.352
Açúcar de cana ou beterraba	1.773.984	1.943.478	1.910.725	1.199.111
Café, mesmo torrado ou descafeinado	2.749.098	2.335.289	2.232.998	1.562.526
Óleos de soja	596.681	832.837	687.493	359.031
Fumo não manufaturado	1.091.394	939.891	892.687	812.921
Carne bovina, congelada	147.755	219.281	326.403	333.143
Sucos de frutas	1.057.554	1.305.544	1.290.071	1.090.143
Carne Suína	141.626	147.948	114.742	162.758
Milho	52.008	11.847	7.228	9.366
Carne bovina, fresca ou refrigerada	48.540	57.315	117.432	170.153

PRODUTOS	2001	2002	2003	2004
Soja, mesmo triturada	2.725.508	3.031.984	4.290.443	5.394.907
Farelo de soja	2.065.192	2.198.860	2.602.374	3.270.889
Carnes e miudezas de aves	1.395.485	1.439.074	1.862.135	2.707.527
Açúcar de cana ou beterraba	2.279.059	2.093.644	2.140.022	2.640.229
Café, mesmo torrado ou descafeinado	1.212.545	1.201.403	1.315.600	1.758.542
Óleos de soja	505.882	778.058	1.232.550	1.382.094
Fumo não manufaturado	921.135	977.670	1.052.465	1.380.461
Carne bovina, congelada	501.448	508.292	726.582	1.370.926
Sucos de frutas	880.056	1.095.998	1.249.506	1.141.359
Carne Suína	346.401	469.409	526.576	744.278
Milho	497.328	267.597	375.136	597.336
Carne bovina, fresca ou refrigerada	237.357	268.026	427.926	592.139

Fonte: www.agricultura.gov.br. Acessado em: 16/04/2006.

Todavia, apesar de ser um grande país agro-exportador, o Brasil importa alimentos, tais como arroz, milho, trigo, ou seja, alimentos fundamentais para a população brasileira. Assim, o que se pode concluir é que o que continua regendo as produções agrícolas é a lógica mundial, portanto, o que regula o mercado não são as necessidades nacionais.¹⁰⁷ Desse modo, é a lógica do capital mundial que domina o agronegócio brasileiro, como afirma Oliveira:

*[...] o agronegócio moderniza o país, já não dependemos apenas da importação do trigo mas, agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta.*¹⁰⁸

Como se pôde perceber pelo que vem sendo tratado até agora, as atividades agrícola e pecuária brasileira passaram por profundas transformações, dentre elas, a modificação da base técnica de produção (mas, não em todas as propriedades rurais), a transformação das relações de trabalho no campo, bem como da própria lógica

¹⁰⁷ OLIVEIRA, op. cit., p.37-38.

¹⁰⁸ Ibidem, p.38.

reguladora dessas atividades. Nesse sentido, muitos pequenos produtores rurais abandonaram as atividades de subsistência e tiveram que passar a praticar alguma atividade geradora de renda para a manutenção da sua família. E essa transformação gerou grandes mudanças na vida diária dos pequenos produtores, na medida em que abandonar a economia de subsistência significa a modificação de toda uma forma de vida e do próprio entendimento do que é o viver no campo e do trabalho nele.

Muitos produtores, ao abandonar as culturas de subsistência e procurarem se inserir na lógica de mercado, ficam vulneráveis, pois não têm capital para investir em grandes culturas e rebanhos e acabam vivendo uma situação insatisfatória, na qual eles ficam sujeitos à lei da oferta e da procura que rege o mercado, não tendo como colocar o preço que desejam no seu produto:

Se eu colho muito, a tendência é que todo mundo colhe bem também, né, aí o preço vai lá em baixo, então a gente trabalha lá [Ceasa], assim, todo dia antes da comercialização o pessoal fala a quantia de mercadoria que entrou, né, por aí a gente sabe quanto vai vender, já tem mais ou menos uma base, né, se aumenta muito a oferta cê já sabe que vai ter que vender barato.¹⁰⁹

O pequeno produtor, assim como Seu Francisco, 59 anos, - que possui 16 alqueires de terra em Martinésia e vive na mesma propriedade desde que nasceu, planta milho, pepino, jiló, dentre outras hortaliças -, tem, inicialmente, dificuldades de produção, tendo em vista a instabilidade que marca a produção devido aos aspectos climáticos. Posteriormente, se o clima for favorável, obter uma grande safra pode não ser sinal de lucro, na medida em que se a safra for boa para todos os produtores, haverá a queda dos preços de venda, os quais, em muitas vezes, acabam por não pagar os custos de produção.

Assim, muitos produtores, não só pequenos, acabam abandonando a atividade agrícola, como é o caso do Seu Adolfo, que vive na cidade de Uberlândia. Ele começou a comprar, junto com seu irmão, os 146 alqueires de terra que eles têm em Martinésia, no ano de 1968. Seu Adolfo, 65 anos, no início de suas atividades na propriedade, tinha a agricultura como ramo privilegiado:

Eu até a década de 80 nós mexemos com muita lavoura aqui, mais de 80 pra cá as coisas mudou muito, justamente é a política, foi mudando, mudando, hoje nós não plantamos né, pro gasto, viu? Só mexemos com gado mesmo. É, o, não vamos falar que é totalmente a política do governo, mais hoje se você num gastar muito com adubo, você não tem perigo de lucrar de jeito nenhum,

¹⁰⁹ Francisco Fernandes Pimentel, 59 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 26/07/2005.

*parece que as terras foi cansando, de modo que se não gastar muito pra tê, pra tratar, não tem.*¹¹⁰

Seu Adolfo não pode ser considerado um pequeno proprietário, pois além dessa propriedade ele possui outra de 65 alqueires. No entanto, ele também sofreu com as transformações das atividades agrícola e pecuária, pois antes, ele tinha financiamento, o qual lhe permitiu adquirir máquinas, mas, atualmente, a situação é bem diferente, tendo em vista a alta de produtos, tais como adubo, veneno e herbicida e o próprio crédito rural, que não é mais concedido a taxas negativas, como nas décadas de 1960 e 1970. Todas as dificuldades fizeram com que Seu Adolfo mudasse da agricultura para a pecuária, pois plantar deixou de ser uma atividade interessante para ele: *“Plantamos muito, viu, nós chegamos a plantar 50, 60 alqueires de chão, agora hoje eu plantei 2 alqueires ainda perdi ele.”*¹¹¹ Seu Adolfo está se referindo à lavoura de milho que ele plantou para o gasto da família e não teve êxito algum.

A estratégia do Seu Adolfo, que abandonou a agricultura e optou pela pecuária, também foi a estratégia encontrada por tantos outros produtores rurais, no entanto, ele parece ter optado pela pecuária porque a agricultura passou a não ser mais lucrativa, mas, para outros produtores, em especial os pequenos, a pecuária se tornou uma das poucas opções que lhes restaram.

Seu José Geraldo é um desses produtores que passou a exercer a pecuária como atividade:

*Hoje eu tô mais desenvolvendo, trabalhando mais dentro da pecuária de leite, então, o que eu tenho plantado, sempre eu planto pensando na alimentação do meu gado, não tenho plantado assim, como uma opção não, por exemplo, pra negociar, grãos ou já, é, por muitos anos, eu acho que até assim, por exemplo, boa parte, a maioria das coisas que eu adquiri foi trabalhando na horta, eu plantava mais tomate, como outras coisas também vagem, pepino e, outras culturas, mas mais é tomate, sabe? Então, quer dizer, foi um tempo bom que eu não me arrependo nunca, mas que daí também foi ficando muito difícil e depois, é, continuar nessa atividade aí, hoje eu tenho me dedicado mais na pecuária de leite.*¹¹²

Seu José Geraldo vai mais além e encontra na cidade de Uberlândia a possibilidade de uma nova renda. No entanto, [...]“lá [na cidade] é uma coisa assim, é outra, como é que fala, outra oportunidade que eu estou tendo, mas o que eu tenho

¹¹⁰ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹¹¹ Adolfo José de Almeida, 65 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

¹¹² José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

*definitivo, para o meu sustento, para a minha sobrevivência, é aqui [...].*¹¹³ O trabalho na cidade é uma alternativa encontrada pelo Seu José Geraldo para melhorar a sua vida e a de sua família, no entanto, é na terra que está a sua segurança, pois a propriedade é sua.

O trabalho na cidade também foi uma estratégia utilizada pelo Seu Argentino que, ao adquirir a sua propriedade rural por volta de 1970, não tinha como fazer melhorias nela, pois não tinha renda suficiente (na época ele plantava roça como meeiro). Ele argumenta que, se fizesse um financiamento para melhorar as condições da propriedade não teria como pagar, então, ele alugou a sua propriedade, foi trabalhar em um armazém numa cidade do estado de Goiás e lá ficou durante dois anos, até quando sua esposa adoeceu e tiveram que voltar para a propriedade deles. Seu Argentino plantava, mas atualmente também se dedica à pecuária leiteira, como Seu José Geraldo (já Seu Adolfo se dedica à de corte).

Dona Carmem, quando foi perguntada a respeito de quais atividades eram realizadas na propriedade, lembra a reordenação que teve que ser feita:

*A gente já num tava mais prantano, de primeiro até prantava, assim, no nosso começo da nossa vida a dois ele prantava, ele tinha peão pra ajudar ele, porque ele tinha mais lavora, depois foi ficando assim de pouca renda e a gente também num tem vantagem daquilo nada, fica meio decepcionado com as responsabilidade que é, aí a gente foi passando um ponto que a nossa renda lá era porco, nós engordava, criava muito porco, vendia porco, mais num tocava roça não [...].*¹¹⁴

A agricultura passou a não ser mais uma atividade realizável para Dona Carmem e sua família, o que não fez com que ela abandonasse o campo, mas sim, encontrasse uma atividade alternativa, que lhe permitiu permanecer na sua propriedade até quando não foi mais possível devido à sua saúde e a de esposo.

Por conseguinte, frente às transformações do campo brasileiro, os produtores rurais não as recebem de forma passiva, pois, na medida em que essas transformações começam a acontecer em suas vidas, eles encontram alternativas para continuar no campo, persistindo numa situação às vezes adversa. Contudo, o que move grande parte dos pequenos produtores rurais, e digo isso com base nas conversas que tive com muitos deles, é o amor pela terra, o desejo de continuar vivendo no seu lugar, numa forma de vida que tem, para eles, um significado muito importante, que é de pertencimento. Não

¹¹³ José Geraldo Pacheco, 50 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 19/06/2005.

¹¹⁴ Carmem Martins da Silva, 67 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 30/07/2005.

são heróis, mas também não são derrotados, pois, com suas próprias armas, eles lutam, resistem e não abandonam o seu campo.